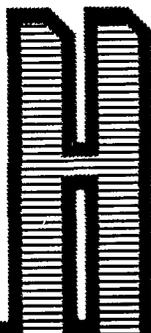




DIÁRIO



República Federativa do Brasil  
DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV - Nº 60,

QUINTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1990

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI  
Nº 14, de 1990 (CN)

MENSAGEM  
Nº 108, DE 1990-CN  
(Nº 535/90, NA ORIGEM)

EMENDAS

Mensagem: 108/90

14-00001-6

EMENDA

Nº DA MENSAGEM  
108/90

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA  
01 DE 01

AUTOR  
DEPUTADO NELTON FRIEDRICH

UF  
PR

PARTIDO  
PDT

ANEXO

ADEND

UNID. ORÇAM.

CÓDIGO ORÇAMENTARIO

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber no programa de trabalho do Instituto Nacional da Propriedade Industrial INPI - o seguinte subprojeto:

- Recursos para o Núcleo da Propriedade Industrial do Oeste Paranaense (Toledo e Cascavel, face as suas aceleradas industrializações).

Valor: 1.500 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

Estes dois municípios, (Toledo e Cascavel) possuem um acelerado desenvolvimento industrial, devido as atividades agropecuárias e agroindustriais que se espalham pela região oeste do Paraná.

Por este motivo é de suma importância um subsídio em benefício do Núcleo no Oeste Paranaense.

PARLAMENTAR

09 / 08 / 90

DATA

ASSINATURA

<b>EXPEDIENTE</b>	
<b>CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL</b>	
<b>PASSOS PÓRTO</b> Diretor-Geral do Senado Federal	<b>DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL</b> Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal
<b>AGACIEL DA SILVA MAIA</b> Diretor Executivo	<b>ASSINATURAS</b>
<b>CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA</b> Diretor Administrativo	Semestral ..... Cr\$ 1.069,00
<b>LUIZ CARLOS DE BASTOS</b> Diretor Industrial	
<b>FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA</b> Diretor Adjunto	Tiragem 2 200-exemplares.

# **PROJETO DE LEI \* Nº 15, de 1990 (CN)**

**MENSAGEM  
Nº 109, DE 1990-CN  
(Nº 551/90, NA ORIGEM)**

## **EMENDAS**

\*( Será Publicado em Suplemento e este Diário)

# PROJETO DE LEI Nº 16, de 1990 (CN)

MENSAGEM  
Nº 114, DE 1990-CN  
(Nº 556/90, NA ORIGEM)

## EMENDAS

### RELAÇÃO DE EMENDAS POR PARLAMENTARES

#### INDICE DE EMENDAS AO PL-16/90-CN

- 1 - ALBÉRICO CORDEIRO (PFL/AL) - 36, 37
- 2 - ARNALDO PRIETO (PFL/RS) - 18, 19, 28
- 3 - DARCY POZZA (PDS/RS) - 14
- 4 - DASO COIMBRA (PRN/RJ) - 21
- 5 - EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC/TO) - 20
- 6 - ENOC VIEIRA (PFL/MA) - 34
- 7 - ERALDO TINOCO (PFL/BA) - 07, 08
- 8 - FELIPE MENDES (PDS/PI) - 05
- 9 - FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB/PE) - 03
- 10 - IBERÊ FERREIRA (PFL/RN) - 30
- 11 - IBSEN PINHEIRO (PMDB/RS) - 12, 13
- 12 - JARBAS PASSARINHC (PDS/PA) - 01, 04
- 13 - JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS (PRN/PE) - 10, 11, 35
- 14 - JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG) - 31, 32, 33
- 15 - LOUREMBERG NUNES ROCHA (PTB/MT) - 23
- 16 - MANOEL MOREIRA (PMDB/SP) - 29
- 17 - MÁRIO LIMA (PMDB/BA) - 15, 16, 17, 22, 24, 25, 27
- 18 - MAURO MIRANDA SOARES (PMDB/GO) - 09
- 19 - MENDES CANALE (PSDB/MS) - 38
- 20 - NELTON FRIEDRICH (PDT/PR) - 39, 40
- 21 - ODACIR SOARES (PFL/RO) - 26
- 22 - RENATO VIANNA (PMDB/SC) - 02
- 23 - RUY BACELAR (PMDB/BA) - 06



15 0000-1 0

CÂMARA PARLAMENTAR PÁGINA  
01 DE 02

DEPUTADO FERRNANDO BEZERRA COELHO PE PMDB

ÔNICO 49249 09.051.0263.5377

TESTE JUSTIFICATIVA

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA - COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO S.A., AUMENTAR A DOTAÇÃO CONSIGNADA AO SUBPROJETO "49249 09.051.0263.5377 0001, USINA HIDRELÉTRICA LUIZ GONZAGA, PARA CR\$ 8.852.960.000,00 (OITO BILHÕES OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS MILHÕES E NOVECENTOS E SESENTA MIL CRUZEIROS), PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À MONTAGEM ELETROMECÂNICA DA USINA HIDRELÉTRICA LUIZ GONZAGA (ITAPARICA). FONTE: AUMENTO DE CR\$ 50.000.000,00 (CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS), NOS RECURSOS PARA AUMENTO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO-DEMAIS.

JUSTIFICATIVA:

APRESENTEI EMENDA AO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO ORÇAMENTO FISCAL (MSG Nº 109 DE 1990-CN) PROPONDO UM CRÉDITO ESPECIAL, NO VALOR DE CR\$ 50 MILHÕES, À CONTA DE RECURSOS DO TESOURO, PARA ATENDER DESPESAS COM A EXECUÇÃO DO SUBPROJETO EM TELA. ASSIM SENDO, A EMENDA ORA COLOCADA TEM OBJETIVO AJUSTAR A DOTAÇÃO CONTIDA NO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS AO NOVO PATAMAR DE RECURSOS.

A USINA HIDROELÉTRICA DE ITAPARICA, LOCALIZADA NO RIO SÃO FRANCISCO, NA DIVISA DOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E BAHIA É UM DOS MAIORES PROJETOS DO NORDESTE, EM EXECUÇÃO PELO GOVERNO FEDERAL.

O MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA, ATRAVÉS DAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS DO SÃO FRANCISCO - CHESF, VEM EXECUTANDO ESTE PROJETO HÁ MAIS DE 7 ANOS, ESTANDO AS OBRAS EM FASE FINAL E A PREVISÃO PARA A CONCLUSÃO DE SUA 1ª ETAPA ESTÁ PROGRAMADA PARA JANEIRO DE 1991. NESTA FASE, A USINA HIDROELÉTRICA DE ITAPARICA IRÁ PRODUIR UM MILHÃO E MEIO DE QUILOWATTS E, QUANDO TOTALMENTE PRONTA, SUA CAPACIDADE SERÁ DE DOIS E MEIO MILHÕES DE QUILOWATTS.

A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAPARICA FOI DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO NORDESTE. A IMPLANTAÇÃO DE ITAPARICA E A SUA CONCLUSÃO EM 1991, EVITARÁ PARA OS PRÓXIMOS ANOS, O RACIONAMENTO DE ENERGIA OCORRIDO EM TODO O NORDESTE NO DECORRER DE 1989 E COMO CONSEQUÊNCIA A PERDA DE BILHÕES DE DÓLARES DE PRODUÇÃO HOJE, A SUA CONCLUSÃO SIGNIFICA EMPREGOS, BEM ESTAR DA POPULAÇÃO TÃO CARENTE DA REGIÃO MAIS POBRE DO PAÍS.

14-00004-8

CÂMARA PARLAMENTAR PÁGINA  
01 DE 02

SENADOR JARBAS PASSARINHO PA PDS

ÔNICO 49247 09.051.0263.5385

TESTE JUSTIFICATIVA

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA - ELETRONORTE - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A., AUMENTAR A DOTAÇÃO CONSIGNADA AO SUBPROJETO "49247 09.051.0263.5385.0001", USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUI 1ª ETAPA COM 12 UNIDADES GERADORAS DE 330 MW E 2 UNIDADES DE 20MW, PARA CR\$ 1.681.782.000,00 (UM BILHÃO SEISCENTOS E OITENTA E UM MILHÕES SEISCENTOS E OITENTA E DOIS MIL CRUZEIROS), PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À CONCLUSÃO DA MONTAGEM ELETROMECÂNICA DA USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUI 1ª ETAPA. FONTE: AUMENTO DE CR\$ 50.000.000,00 (CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS) NOS RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-DEMAIS.

JUSTIFICATIVA:

APRESENTEI EMENDA AO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO ORÇAMENTO FISCAL (MSG Nº 109, DE 1990-CN) PROPONDO UM CRÉDITO ESPECIAL, NO VALOR DE CR\$ 50 MILHÕES, À CONTA DE RECURSOS DO TESOURO, PARA ATENDER DESPESAS COM A EXECUÇÃO DO SUBPROJETO EM TELA. ASSIM SENDO, A EMENDA ORA COLOCADA TEM POR OBJETIVO AJUSTAR A DOTAÇÃO CONTIDA NO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS AO NOVO PATAMAR DE RECURSOS.

A USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUI, LOCALIZADA NO RIO TOCANTINS NO ESTADO DO PARÁ, É DOS MAIORES PROJETOS NO GÊNERO EM EXECUÇÃO DO GOVERNO FEDERAL.

O MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA, ATRAVÉS DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE, VEM EXECUTANDO ESTE PROJETO HÁ MAIS DE DEZ ANOS, ESTANDO AS OBRAS EM FASE FINAL E A PREVISÃO PARA A CONCLUSÃO DA SUA 1ª ETAPA ESTÁ PROGRAMADA PARA DEZEMBRO DE 1990.

004

CÂMARA PARLAMENTAR PÁGINA  
02 DE 02

SENADOR JARBAS PASSARINHO PA PDS

ÔNICO 49247 09.051.0263.5385

TESTE JUSTIFICATIVA

CONTINUA ..

NESTA FASE A USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUI IRÁ PRODUIR QUATRO MILHÕES DE QUILOWATTS E QUANDO TOTALMENTE PRONTA SUA CAPACIDADE SERÁ DE OITO MILHÕES DE QUILOWATTS.

A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUI FOI DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO SUL DO PARÁ. A IMPLANTAÇÃO DE TUCURUI TERÁ COMO CONSEQUÊNCIA O DESENVOLVIMENTO DE OUTROS PROJETOS NA REGIÃO, ENTRE OS QUAIS PODEMOS CITAR, O GRANDE PROJETO DE CARAJÁS, O DISTRITO INDUSTRIAL DE MARABÁ, VÁRIOS PROJETOS DE FERRO-GUÇA, PROJETOS DE ALUMÍNIO, PROJETOS DE



16-00008-1

MÉMO PARLAMENTAR

PÁGINA 1 DE 1

AUTOR: DEPUTADO ERALDO TINOCO

UF: BA PARTIDO: PFI

ASSUNTO: UNICO Nº 49.233

TÍTULO / JUSTIFICAÇÃO

DESTAQUE-SE, NA MENSAGEM 114, DE 1990-CN, DO SUBPROJETO 16.089.0542.5414.0002 (MALHA DO NORDIST), O VALOR DE CR\$ 155.000.000,00 PARA A REDE FERROVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA - SR 7, COM A FINALIDADE DE RECUPERAR O TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS KM 69 E KM 79, DA LINHA NORTE

J U S T I F I C A Ç Ã O

O TRECHO APRESENTA-SE EM ESTADO PRECÁRIO DE TRAFEGABILIDADE, PROVOCANDO CONSTANTES INTERRUPTÕES E ACIDENTES. ACRESCENTIS-SE QUE, SENDO O SOLO DA REGIÃO DE NATUREZA EXPANSIVA, A SITUAÇÃO AGRAVA-SE AINDA MAIS NO PERÍODO CHUVOSO.

09/08/90

Eraldo Tinoco

16-00009-9

MÉMO PARLAMENTAR

PÁGINA 1 DE 1

AUTOR: MAURO MIRANDA SOARES

UF: GO PARTIDO: PMDB

ASSUNTO: UNICO Nº 49251

TÍTULO / JUSTIFICAÇÃO

Aumentar, a dotação consignada ao subprojeto "49251.09.051.0263.5368.0001" - FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - Usina Hidrelétrica Corumbá I, para Cr\$ 3.477.530.000,00 (Três bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões, quinhentos e trinta mil cruzeiros).

**FONTE:** Redução de Cr\$ 1.599.224.000,00 (Um bilhão, quinhentos e noventa e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil cruzeiros), da dotação consignada ao subprojeto "49251.09.051.0263.5384.0001 - FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - "Usina Hidrelétrica Serra da Mesa".

**JUSTIFICATIVA:**

A Usina Hidrelétrica Corumbá I está sendo construída no Município de Caldas Novas em Goiás e estará inserida no Sistema de Geração e Transmissão de FURNAS Centrais Elétricas S/A, que fornece energia para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde já existe acentuada carência energética e que representam importante papel na economia do País.

O aumento de recursos solicitado é de suma importância para o alcance do ritmo economicamente viável das obras. O ritmo atual elevará significativamente o custo final do Empreendimento, cuja previsão é da ordem de 1.042 US\$/kW instalado, um dos menores entre as Usinas em construção no País.

Toda a infraestrutura necessária à construção do Empreendimento encontra-se concluída com o rio desviado, possibilitando a aplicação dos recursos diretamente nas obras principais.

Todos os equipamentos eletromecânicos apresentados são tratados, requerendo também um investimento relativamente pequeno em rede de transmissão devido a sua localização em relação ao Sistema Interligado de Furnas.

A conclusão da Usina Corumbá I, será de grande importância sócio-econômica para a região e sua operação contribuirá em muito para o equilíbrio e confiabilidade do Sistema Interligado de FURNAS, minimizando a necessidade de outras fontes alternativas, inclusive termelétricas, alimentadas a óleo, que apresentam custo de geração significativamente mais elevado.

09/08/90

MÉMO PARLAMENTAR

PÁGINA 01 DE 01

AUTOR: DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS

UF: PE PARTIDO: PRN

ASSUNTO: UNICO Nº 45220

TÍTULO / JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se no sub-projeto Manutenção e Adequação da Rede de Dependências uma verba de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros) para as obras de construção da Sede Regional de Caixa Econômica Federal no Parque Jequiá, em Recife.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A referida sede é de maior importância para as atividades da CEF no Nordeste e suas obras se encontram em andamento e ameaçadas de paralização por falta de recursos.

9/8/90

MÉMO PARLAMENTAR

PÁGINA 1 DE 1

AUTOR: DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS

UF: PE PARTIDO: PRN

ASSUNTO: UNICO Nº 49249

TÍTULO / JUSTIFICAÇÃO

Aumentar a dotação consignada ao subprojeto "49249.09.051.0263.5406.0001 - COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - REASSENTAMENTO RURAL - LOTE CARAÍBAS", para Cr\$ 768.313.000,00 (setecentos e sessenta e oito milhões, trezentos e treze mil cruzeiros).

**FONTE:** Aumento de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), nos Recursos para aumento do Patrimônio Líquido de mais.

JUSTIFICATIVA:

Apresentei emenda ao projeto de revisão do Orçamento Fiscal (MSG nº 109, de 1990-CN), elevando em Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) o crédito suplementar à conta de recursos do Tesouro Nacional para o subprojeto mencionado. Assim sendo, a emenda ora proposta tem por objetivo ajustar a dotação no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de destinação de recursos do Tesouro (via ELE TROBRÁS).

Por oportuno, lembro a necessidade da continuidade do Programa do Reassentamento da população rural de Itaparica (UHE Luiz Gonzaga) - Lote Caraíbas, resgatando a dívida com o povo nordestino que saiu de suas terras produtivas para possibilitar a implantação da Usina, ficando o homem no campo na produção de alimentos.

9/3/90 [Signature]

16-00012-9  
462 111

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO RS PMDB  
80208 16.090.0563.5099.0008

Aumentar a dotação consignada ao subprojeto "80208.16.090.0563.5099.0008 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CARVÃO NO PORTO DE RIO GRANDE" para Cr\$ 504.918.000,00 (quinhentos e quatro milhões, novecentos e dezoto mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros) nos Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Tesouro.

JUSTIFICATIVA:

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG nº 109, de 1990-CN) propondo um crédito suplementar de Cr\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para o subprojeto em tela. Assim sendo, a emenda ora colocada visa ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de destinação de recursos para o subprojeto.

Concluindo, julgo oportuno lembrar a importância da redução dos custos de transporte de carvão mineral do Rio Grande do Sul (detentor das maiores reservas do País), para cuja finalidade há necessidade de continuidade deste subprojeto, face à importância que este energético deverá ter para o País nos próximos anos com o esgotamento econômico das fontes hidrelétricas que se avizinha.

9/8/1990 [Signature]

16-00013-7  
462 111

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO RS PMDB  
49205 16.091.0572.5235.0002

Aumentar a dotação consignada pelo Poder Executivo ao subprojeto "49205.16.091.0572.5235.0002 - EXPANSÃO DO SISTEMA TRECHO SAPUCAIA - SÃO LEOPOLDO - RS" para Cr\$ 614.695.000,00 (seiscentos e quatorze milhões, seiscentos e noventa e cinco mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros) nos Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Tesouro.

JUSTIFICATIVA:

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG nº 109, de 1990-CN) propondo um crédito suplementar de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para o subprojeto em tela. Como consequência, estou apresentando esta emenda visando ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de destinação de recursos de Tesouro para o subprojeto.

Por oportuno, ressalto aqui a importância do subprojeto, tanto no seu aspecto social como na economia de consumo de óleo diesel, que crescerá de 22% em relação à provocada pelo atual estágio de implantação do Trem Metropolitano de Porto Alegre.

09/08/90 [Signature]

16-00014-3  
462 111

DEPUTADO DARCY POZZA RS PDS  
49248 09.051.0264.5389

Aumentar a dotação consignada ao subprojeto "49248.09.051.0264.5389.0001 - USINA TERMOELÉTRICA JACUI I" para Cr\$ 2.651.252.000,00 (dois bilhões, seiscentos e cinquenta e um milhões e duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros) nos Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Demais.

JUSTIFICATIVA:

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG nº 109, de 1990-CN) propondo um crédito especial, no valor de Cr\$ 240 milhões, à conta de recursos do Tesouro, para atender despesas com a execução do subprojeto em tela. Assim sendo, a emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de recursos.

Concluindo, não poderia deixar de destacar que esta usina, quando concluída, responderá pelo atendimento de 20% da demanda de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Sul e que mais de 40% de suas obras civis já foram executadas e cerca de 90% dos equipamentos já estão no canteiro de obras. A paralisação das obras, por ineficiência de recursos, seria, por conseguinte, altamente danosa para a economia gaúcha, com reflexos naturais sobre a economia brasileira como um todo.

09/08/90 [Signature]

16-00015-3  
462 111

MÁRIO LIMA SP PMDB  
42203 04.054.0077.5055.0001

Aumentar a dotação consignada ao subprojeto "42203.04.054.0077.5055.0001 - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO FORMOSO "A", para Cr\$ 2.037.128.000,00 (dois bilhões trinta e sete milhões e cento e vinte e oito mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) nos Recursos para aumento do Patrimônio Líquido - Tesouro.

JUSTIFICATIVA

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG nº 109, de 1990-CN), propondo um crédito suplementar de Cr\$ 500 milhões. Também apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do orçamento das estatais (MSG nº 114, de 1990-CN), propondo aumentar a dotação do subprojeto em tela para mais de Cr\$ 850 milhões, totalizando Cr\$ 2.037.128.000,00 (dois bilhões, trinta e sete milhões e cento e vinte e oito mil cruzeiros).

Assim sendo, as emendas ora colocadas tem por objetivo ajustar a dotação contida nos orçamentos ao patamar real de destinação dos recursos para o subprojeto.

PARLAMENTAR MARIO LIMA

16-00016-1

CÓDIGO PARLAMENTAR 1 M 1

MARIO LIMA

BA P M D B

Unico 42203 04 054.0077 5055 0001

Aumentar a dotação consignada no subprojeto "42203.04.054.0077.5055 0001 - COMPANHIA DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - APROVEITAMENTO AGRÍCOLA DO RIO CORRENTE - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO FORMOSO "A" para Cr\$ 1.537.128.000,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e sete milhões e cento e vinte e oito mil cruzeiros).

FONTES: Redução de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) da dotação consignada ao subprojeto "42203.04.054.0077.5055.0003 - Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco - Aproveitamento Agrícola do Rio Corrente - Perímetro de Irrigação Estreito I/III.

Redução de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), da dotação consignada ao subprojeto "42203.04.054.0077.5055.0006 - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Aproveitamento Agrícola do Rio Corrente - Perímetro de Irrigação Formoso "H".

Redução de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) da dotação consignada ao projeto "42203.04.054.0077.5054.0001 - Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Aproveitamento Agrícola de Jaíba - Perímetro de Irrigação Jaíba.

JUSTIFICATIVA

1. Histórico

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária vem executando as obras de irrigação do Projeto Formoso "A", integrante da Região Hidrográfica do Rio Corrente, localizado no estado da Bahia, no Município de Bom Jesus da Lapa.

Este projeto com área de 8.661 ha, irrigáveis, tem como concepção geral o desenvolvimento agroindustrial, baseado na exploração das culturas de milho, feijão, abóbora, citro e banana.

- Estágio atual do Projeto:

- Obras civis executadas = 70%.
Instalação eletrônica únicas executadas = 60%.
Área em produção = 23%.
- Caso as obras complementares necessárias à operação total do projeto, não sejam executadas as obras principais já concluídas, tais como: estação de bombeamento, canais de concreto e drenos, estarão sujeitas também a intempéries e depredações, onerando ainda mais o custo final do projeto e impedindo o assentamento de mais 1240 famílias de colonos e 50 pequenos empresários.

PARLAMENTAR MARIO LIMA

Form with fields for message number (16-00017-0), code (49249), and amount (09.051.0263 5387.0001).

Aumentar a dotação consignada no subprojeto "49249 09.051 0263 5387 0001 - UNIF SUB ESTACAO LLEVADORA DE XINGÓ", para Cr\$ 18.916.974.000,00 (dezoito bilhões, novecentos e dezasseis milhões, novecentos e setenta e quatro mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros) nos Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Demais

JUSTIFICATIVA

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG nº 109), de 1990-CN) elevando em Cr\$ 3,0 bilhões o crédito adicional, à conta de recursos do Tesouro, para o subprojeto em tela. Assim sendo, a emenda ora proposta tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de destinação de recursos do Tesouro (via ELETROBRÁS).

Por oportuno, lembro a essencialidade do Projeto de Xingó para a Região Nordeste e para o País, pois é do conhecimento de todos que a sua não conclusão dentro do cronograma hoje em vigor irá provocar problema no abastecimento de energia elétrica da Região.

PARLAMENTAR ARNALDO FREITAS

Form with fields for message number (16-00018-8), code (49249), and amount (09.051.0263 5387.0001).

REXIO: Aumentar a dotação consignada no subprojeto "49249 09.051 0263 5387 0001 - UNIF SUB ESTACAO LLEVADORA DE XINGÓ", para Cr\$ 18.916.974.000,00 (dezoito bilhões, novecentos e dezasseis milhões, novecentos e setenta e quatro mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros) nos Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Demais

JUSTIFICATIVA

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG Nº 109, de 1990-CN) propondo um crédito adicional no valor de Cr\$ 180 milhões, à conta de recursos do Tesouro, para atender despesas com a execução do subprojeto em tela. Assim sendo a emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de recursos.

É importante destacar a importância desta Usina para garantir a confiabilidade do atendimento das demandas dos sistemas LELLG e LEMAT (Estados de Goiás e Mato Grosso) e complementar o atendimento da demanda da região Sudeste e da região Sul.

9/18/90

*Arinaldo Prieto*

16-00019-6

01/01

DEP ARNALDO PRIETO

RS PFL

Unico

TEXTO :

Incrementar a dotação consignada ao subprojeto 19240 09 001 0001 0001 USINA HERMETRILA JACUI I para Cr\$ 2 500 000 000 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões e duzentos e noventa e dois mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 250 000 000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) nos Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido Demais.

JUSTIFICACAO :

Presente emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG No 109 de 1990-) propondo um crédito especial no valor de Cr\$ 250 milhões, a conta de recursos do orçamento para atender despesas com a execução do subprojeto em tela, tendo a emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de recursos.

Concluindo, julgo ainda importante ressaltar que esta Usina Jacui I quando concluída, responderá pelo atendimento de cerca de 20% da demanda de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, bem como que já foram executadas mais de 40% de suas obras civis e já estão armazenados no canteiro de obras cerca de 90% dos equipamentos. Sua paralização por insuficiência de recursos seria, como decorrência, altamente prejudicial para a economia gaúcha, com reflexos naturais para a economia brasileira como um todo.

9/18/90

*Arinaldo Prieto*

16-00020-0

01/01

DEP EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

RS PDC

Unico

49251

09 051 0264 5497 1001

TEXTO :

Incrementar a dotação consignada ao subprojeto 19240 09 001 0001 0001 USINA HERMETRILA JACUI I para Cr\$ 1 100 000 000 (um bilhão, setecentos e dez milhões e quinhentos e trinta e três mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 350 000 000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) nos Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido Demais.

JUSTIFICACAO :

Presente emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG No 109 de 1990-) propondo um crédito especial no valor de Cr\$ 350 milhões, a conta de recursos do orçamento para atender despesas com a execução do subprojeto em tela, tendo a emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de recursos.

Concluindo, é importante ressaltar a essencialidade da conclusão da Usina dentro do cronograma estabelecido (entrada em operação no início de 1995) para evitar o colapso no fornecimento de energia elétrica na região geoeconômica de Brasília e seu entorno.

9/18/90

*Eduardo Al*

16-00021-8

01/01

DEP DASO COIMBRA

RS PAN

Unico

49233

16 051 0264 5497 1001

TEXTO :

Incrementar a dotação consignada ao subprojeto 19240 09 001 0001 0001 USINA HERMETRILA JACUI I para Cr\$ 200 000 000 (duzentos milhões de cruzeiros) para Aumento do Patrimônio Líquido Demais.

JUSTIFICAÇÃO :

Apresentei emenda ao projeto de Lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG nº 109, de 1990-CN) propondo um crédito especial, no valor de Cr\$ 200 milhões, à conta de Recursos do Tesouro, para atender despesas com execução do sub-projeto em tela. Assim sendo, a emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida na proposta do Governo para o Orçamento de Investimentos ao novo patamar de recursos.

9.8.190

PARLAMENTAR

Resposta: 11/79  
16-00022-6

DEPUTADO MÁRIO LIMA

ÔNICO

40.606

13.076.0447.XXXX XXXX

TEXTO DA EMENDA (MSG. Nº 114, DE 1990-CN)

Aditar em valor à dotação consignada ao Sub-Projeto - 40.606 - 13.076.0447.5340.0001 - Sistema de Abastecimento de Água - Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água de Macapá, em Cr\$. 453.305.480,00 (Quatrocentos e Cinquenta e Três Milhões e Trezentos e Cinco Mil e Quatrocentos e Oitenta Cruzeiros).

Incluir o Sub-Projeto 40.606 - 13.076.0447.5340.0002 - Sistema de Abastecimento de Água de Santana com dotação de Cr\$ 201.489.650,00 (Duzentos e Hum Milhões e Quatrocentos e Oitenta e Nove Mil e Seiscentos e Cinquenta Cruzeiros).

Incluir no Sub-Projeto 40.606 - 13.076.0449.5341.0001 - Sistema de Esgoto Sanitário no Interior do Estado - Ampliar Sistema de Esgoto Sanitário de Macapá, editando a dotação prevista o valor de Cr\$ 445.992.040,00 - (Quatrocentos e Quarenta e Cinco Milhões e Novocentos e Noventa e Dois Mil e Quarenta Cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 1.100.787.170,00 (Hum Bilhão e Cem Milhões e Setecentos e Oitenta e Sete Mil e Cento e Setenta Cruzeiros) em geração própria/outros recursos de longo prazo.

JUSTIFICATIVA

Apresentei Emenda ao Projeto de Lei de Revisão do Orçamento Fiscal (MSG. Nº 109, de 1990 - CN) elevando em Cr\$ 1.100.787.170,00 (Hum Bilhão e Cem Milhões e Setecentos e Oitenta e Sete Mil e Cento e Setenta Cruzeiros) o crédito adicional à conta de recursos do Tesouro, para o sub-projeto em tela. Assim sendo, a Emenda ora proposta tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de recursos. Por oportuno, lembro a necessidade de dotar o Estado do Amapá, carente em saneamento básico, de um mínimo de condições condígnas com a dignidade humana.

02.10.190

PARLAMENTAR

Formulário de identificação parlamentar com campos para nome (SINADOR LOURIMBORGUE RUISS DA BOCHA), número (113) e data (VIII).

TEXTO DA EMENDA (MSG. Nº 114, DE 1990 - CN). Aumentar a dotação consignada ao Sub-Projeto 19217 - 09.051.0263.5379.0001 - Usina Hidroelétrica MARAÚ com 01 unidades paradas de 57,5 MW para Cr\$ 2.052.919.000,00 (Dois Bilhões, Cinquenta e Sete Milhões, novecentos e noventa Mil Cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 771.720.000,00 (Setecentos e Setenta e Hum Milhões Setecentos e Vinte Mil Cruzeiros), nos Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Demais.

JUSTIFICATIVA

Apresentei Emenda ao Projeto de Lei de Revisão do Orçamento Fiscal (MSG. Nº 109, DE 1990 - CN) propondo um crédito especial, no valor de Cr\$ 771.720.000,00 (Setecentos e Setenta e Hum Milhões, Setecentos e Vinte Mil Cruzeiros) à conta de Recursos do Tesouro, para atender despesas com a execução do Sub-Projeto em tela. Assim sendo, a emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos do novo patamar de recursos.

Concluindo, não poderia deixar de destacar, que esta Usina, é fundamental, pois visa promover o aproveitamento múltiplo através de geração de energia, controle de cheias, irrigação e piscicultura.

Formulário de identificação parlamentar com campos para nome (DEPUTADO MÁRIO LIMA) e data (02.10.190).

Resposta: 11/79  
16-00022-6

Formulário de identificação parlamentar com campos para nome (DEPUTADO MÁRIO LIMA), partido (PS) e número (113).

TEXTO DE EMENDA (MSG. Nº 114, DE 1990 - CN). Aditar em valor à dotação consignada no Sub-Projeto 40607 13.076.0448.5128.0001 - Sistema de Água de Capital em Cr\$ 206.400.000,00 (Duzentos e Seis Milhões Quatrocentos Mil Cruzeiros).

Aditar à dotação consignada ao Sub-Projeto 40607 - 13.076.0448.5128.0003 - Sistemas de Esgotos da Capital, sub-item Lagoa de Estabilização (perc) - 30, no valor de Cr\$ 435.000.000,00 (Quatrocentos e Trinta e Cinco Milhões de Cruzeiros) e sub-item Implantação de Águas Plu...

viais (perc) 30, no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (Dois Bilhões de Cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 2.641.400.000,00 (Dois Bilhões, Seiscentos e Quarenta e Um Milhões e Quatrocentos Mil Cruzeiros) em geração própria/ outros recursos de longo prazo.

JUSTIFICATIVA

Apresentei Emenda ao Projeto de Lei de Revisão do Orçamento Fiscal (MSG Nº 109, de 1990 - CN) propondo um crédito especial no valor de Cr\$ 2.641.400.000,00 (Dois Bilhões, Seiscentos e Quarenta e Um Milhões e Quatrocentos Mil Cruzeiros) à conta de recursos do Tesouro, para o Sub-Projeto de crédito adicional, a conta de recursos do Tesouro, para o Sub-Projeto em tela. Assim sendo a Emenda ora proposta tem por objetivo ajustar a dotação contida no orçamento de Investimentos ao novo patamar de recursos.

Cabe ressaltar que, a Cidade de Boa Vista - RR, está carente por completo dos serviços de esgotamento sanitário, o que acarreta uma série de dissabores para população, principalmente a mais carente, e uma grande incidência de doenças.

Handi Lima (Handi Lima)

BOA VISTA 11470

DEPUTADO MÁRIO LIMA

VIII 49.247 09.051.0264.5394.0001

TEXTO DA EMLDA (MSG. Nº 114, DE 1990 - CN)

Aumentar a dotação consignada no Sub-Projeto 49.247 (R\$ 49.247.000,00) da Unidade Termelétrica, para Cr\$ 209.000.000,00 (Duzentos e Nove Milhões e Cinqüenta e Cinco Milhões e Cinqüenta e Cinco Cruzeiros), a fim de atender às necessidades energéticas da população.

FONTE: Aumento de Cr\$ 1.000.000.000,00 (Um Bilhão de Cruzeiros) nos recursos para Aumento de Patrimônio Líquido - Demais.

JUSTIFICATIVA

Apresentei Emenda ao Projeto de Lei Revisão do Orçamento Fiscal (MSG. Nº 109, de 1990-CN) propondo um crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00 (Um Bilhão de Cruzeiros) à conta de recursos do Tesouro para atender despesas com a execução do Sub-Projeto em tela. Assim sendo, a Emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no orçamento de Investimentos ao novo patamar de recursos.

Cabe ressaltar que esta Termelétrica é de vital importância para o Estado pois, após sua instalação e geração o Estado deixará de sofrer os constantes racionamento de energia elétrica.

Mário Lima (Mário Lima)

02/08/90

BOA VISTA 11470

DEPUTADO MÁRIO LIMA

VIII 49.247 09.051.0264.5394.0001

Aumentar a dotação consignada no Sub-Projeto 49.247 (R\$ 49.247.000,00) da Unidade Hidroelétrica SAMULI com 05 Unidades perfluoradas de 43,2 MW, para Cr\$ 228.215.000,00 (Dois Bilhões, Duzentos e Setenta e Oito Milhões, Duzentos e Treze Mil Cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 1.000.000.000,00 (Um Bilhão de Cruzeiros) nos Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido- Demais.

JUSTIFICATIVA

Apresentei Emenda ao Projeto de Lei de Revisão do Orçamento Fiscal (MSG Nº 109, de 1990 - CN) propondo um crédito especial, no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00 (Um Bilhão de Cruzeiros) à conta de Recursos do Tesouro para atender despesas com a execução do Sub-Projeto em tela. Assim sendo a Emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de Recursos.

É importante ressaltar que com o investimento destes Recursos, a Usina de SAMULI, poderá gerar em um espaço de tempo muito reduzido, toda a energia necessária ao desenvolvimento do Estado.

Mário Lima (Mário Lima)

BOA VISTA 11470

DEPUTADO MÁRIO LIMA

VIII 209.000 16.090.9563.5097.0001

TEXTO DA EMLDA (MSG. Nº 114, de 1990 - CN)

Aumentar a dotação consignada no Sub-Projeto 209.000 (R\$ 209.000.000,00) da Ampliação e Melhoramento das Instalações para Containers no Porto de Manaus, em Cr\$ 209.000.000,00 (Duzentos e Nove Milhões de Cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 209.000.000,00 (Duzentos e Nove Milhões de Cruzeiros) nos recursos para aumento do Patrimônio Líquido - Do Tesouro.

JUSTIFICATIVA

Apresentei Emenda ao Projeto de Lei de Revisão do Orçamento Fiscal - (MSG. nº 109, de 1990-CN) elevando em Cr\$ 200.000.000,00 (Duzentos Milhões de Cruzeiros) o crédito adicional, à custa de recursos do Tesouro, para o sub-projeto em tela. Assim sendo, a Emenda ora proposta tem por objetivo ajustar a Dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de recursos.

Lembro ainda, que esta obra beneficiará sobremaneira a região Amazônica, dando condição de encampamento das produções da Zona Franca de Manaus que, em função da grande quantidade de contêineres o Porto encontra-se hoje totalmente congestionado.

16 00029-3
LEGISLAÇÃO
DEPUTADO MANOEL MOURILHA
80208 16.090.0563.5097.0004

Aumentar a dotação consignada ao subprojeto "80208.16.090.0563.5097.0004 - AMPLIAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO CAIS DE VALONGO/PAQUETÁ DO PORTO DE SANTOS" para Cr\$ 1.020.000.000,00 (um bilhão, vinte milhões, trezentos e sessenta e nove mil cruzeiros)

FONTE: Aumento de Cr\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzeiros) nos Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Tesouro.

JUSTIFICATIVA

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG Nº 109, de 1990-CN) propondo um crédito suplementar de Cr\$ 700 milhões para o subprojeto em tela. Assim sendo, a emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de destinação de recursos para o subprojeto.

Em complementação, ressalto que o Projeto do Cais de Valongo/Paqueta constitui importante elemento para a dinamização de nossas exportações, através da agilização dos procedimentos e da redução dos custos de transporte.

3/10/90
ARNALDO PRIETO
DEPUTADO

16-00023-5
LEGISLAÇÃO
DEPUTADO ARNALDO PRIETO
RS PFL

DEPUTADO ARNALDO PRIETO
VII 49205 10.091.0572.5235.0002

Incluir no Anexo VII um crédito suplementar no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) para o sub-projeto "49205.16.091.0572.5235.0002 - EXPANSÃO DO SISTEMA TRECHO SAPUÇAIA - SÃO LEOPOLDO - RS".

JUSTIFICATIVA:

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG Nº 109, de 1990-CN) propondo um crédito suplementar de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) para o sub-projeto em tela. Como consequência, estou apresentando esta emenda visando ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de destinação de recursos do Tesouro para o sub-projeto

Por oportuno, ressalto aqui a importância do sub-projeto, tanto no seu aspecto social como na economia de consumo de óleo diesel, que crescerá de 22% em relação à provocada pelo atual estágio de implantação do Trem Metropolitano de Porto Alegre.

3/10/90
ARNALDO PRIETO
DEPUTADO

3/11/90
TAREPE FERREIRA
DEPUTADO

16-00030-7
LEGISLAÇÃO
DEPUTADO FEDERAL TAREPE FERREIRA
RN PFL

DEPUTADO FEDERAL TAREPE FERREIRA
VII 80208 16.090.0563.5103.0009

A acrescentar a dotação consignada ao subprojeto "80208.16.090.0563.5103.0009 - RECUPERAÇÃO E PROLONGAMENTO DO CAIS DO PORTO DE NATAL", para Cr\$ 277.859.000,00 (duzentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), nos Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido - Tesouro.

JUSTIFICATIVA

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG nº 109, de 1990-CN), propondo um crédito suplementar de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para o subprojeto em tela. Assim sendo, a emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de destinação de recursos para o subprojeto.

Concluindo, não poderia deixar de destacar a grande importância do subprojeto para a economia brasileira e, em particular para a do Estado do Rio Grande do Norte.

3/11/90
TAREPE FERREIRA
DEPUTADO

ESTADO  
REPUBLICA DA PARANÁ  
16-00031-5

CÓDIGO PARLAMENTAR: 01 de 01

AUTOR: JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS UF: MG MEMBRO: PFL

LEI Nº: 80208 DATA: 16 09 1989 Nº 63 5097 0017

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. - PORTUBRAS  
AMPLIAÇÃO DO CAIS PARA GRÃOS E CONTÊINERS NO PORTO DE PARANAGUÁ/PR  
PARA SUPLEMENTAÇÃO: Cr\$ 1 000 000 000,00 (Um bilhão de cruzeiros).

**JUSTIFICATIVA**

- 1 - Estágio Atual (50% executado)
- . Ampliação do cais acostável em 510 m já executada;
  - . 60% da Drenagem e Aterro Hidráulico já executado;
  - . 50% dos equipamentos previstos, já fornecidos;
  - . Pavimentação do pátio para contêiners com construção de armazém e edificações para administração em fase inicial.
- 2 - Justificativas
- O Porto de Paranaguá, atualmente o 2º porto brasileiro em movimentação de grãos, teve sua última ampliação da faixa de cais executada em meados da década de 60. Seu hinterland abrange todo o Estado do Paraná, parte do Estado do Mato Grosso do Sul, o Sul do Estado de São Paulo, parte do Estado de Santa Catarina e o Paraguai. País vizinho que tem instalado nele, seu entreposto Franco
- As obras em questão, iniciadas em 1986, compreendem a ampliação de 510 m de cais acostável e a execução de um Terminal de Contêiners, que visam aparelhar o Porto para atender o crescimento da demanda de carga geral e contêiners, como também oferecer opção aos usuários do Porto de Santos, atualmente muito congestionado

ESTADO  
REPUBLICA DA PARANÁ  
16-00032-3

CÓDIGO PARLAMENTAR: 01 de 01

AUTOR: JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS UF: MG MEMBRO: PFL

LEI Nº: 49247 DATA: 09 28 1989 Nº 051.0263 5779.0001

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA  
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETRORBRAS  
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE  
USINA HIDRELÉTRICA MANSO  
PARA SUPLEMENTAÇÃO: Cr\$ 1.000.000.000,00 (Um bilhão de cruzeiros).

**JUSTIFICATIVA**

A USINA HIDRELÉTRICA MANSO, em fase de construção no Rio Manso, nos Municípios de Chapada dos Guimarães e Rosário Oeste, terá a capacidade de geração de 210 MW de energia elétrica

O Estado de Mato Grosso vem apresentando, especialmente nos últimos anos, grande desenvolvimento em vários setores de atividades, especialmente na área industrial, pois grandes, médias e pequenas novas indústrias estão se instalando ou em fase de instalação de suas fábricas em toda a extensão territorial daquela Unidade da Federação

Entretanto, a garantia de suprimento de energia elétrica, indispensávelmente um dos principais fatores para o sucesso de tais empreendimentos industriais, somente ficará assegurada quando a USINA HIDRELÉTRICA MANSO entrar em operação.

A fim de que o progresso e o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso não venham a sofrer solução de continuidade, é necessária a alteração de recursos para o prosseguimento das obras da USINA HIDRELÉTRICA MANSO, de vital importância para o Estado de Mato Grosso

ESTADO  
REPUBLICA DA PARANÁ  
16-00033-1

CÓDIGO PARLAMENTAR: 01 de 02

AUTOR: JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS UF: MG MEMBRO: PFL

LEI Nº: 80208 DATA: 16 09 1989 Nº 63 5097 0004

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. - PORTUBRAS  
AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO CAIS DE VALONGO/PAQUETÁ NO PORTO DE SANTOS/SP  
PARA SUPLEMENTAÇÃO: Cr\$ 1 000 000 000,00 (Um bilhão de cruzeiros)

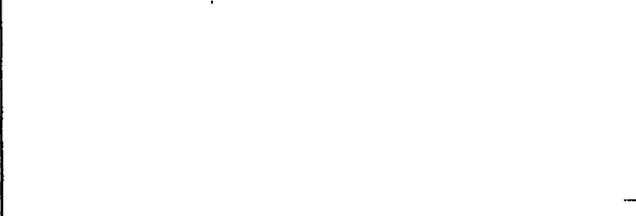
**JUSTIFICATIVA**

- 1 - Estágio Atual
- Devido a insuficiência dos recursos até o momento alocados, o prazo inicialmente previsto foi dilatado, passando de 36 para 53 meses
- A obra encontra-se em andamento, apresentando o seguinte quadro em relação aos principais serviços:
- Dragagem/aterro da cava..... 80% executado
  - Aterro de retroárea..... 35% executado
  - Fabricação e cravação das estacas de carga..... 37% executado
  - Fabricação de pré-moldados do cais..... 35% executado
  - Concretagem da laje do cais (1ª fase)..... 15% executado
- 2 - Localização
- O empreendimento situa-se no Porto de Santos, no Estado de São Paulo, o maior da América Latina, responsável por 10% de todo o movimento de cargas dos portos do Brasil, e 40% de nossas exportações.
- Sua zona de influência abrange todo o estado de São Paulo, a região sudeste do Paraná, o sudeste de Minas Gerais e o estado do Mato Grosso do Sul, com grande impacto social e econômico, pois:
- Na comparação entre as alternativas com e sem projeto, medidos todos os benefícios (rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários), o investimento, considerando inclusive os custos de capital, tem uma taxa de retorno de 17,7% e uma relação benefício/custo de 1,37, indicando ser viável economicamente, ou seja, a TIR supera o custo de oportunidade do capital do País;

- Permitirá substancial economia de divisas nos fretes marítimos pela redução da permanência dos navios no porto (tempos de serviço e tempos de espera);  
 - Proporcionará economias adicionais tangíveis de divisas, decorrentes da redução do consumo de combustíveis derivados de petróleo;  
 - O aumento da produtividade do Porto e a redução dos custos para o transporte marítimo permitirá ao Governo a adoção de posições concretas para impedir o aumento dos fretes, favorecendo diretamente a exportação dos produtos brasileiros que se tornarão mais competitivos e reduzindo os custos finais das importações necessárias, contribuindo assim efetivamente, para o sucesso da atual política de desenvolvimento do País.



09/08/90 *J. Siqueira*  
 Assinatura



RESOLUÇÃO 114/90  
 1 5 - 0 0 0 1 3 - 0

COMISSÃO PARLAMENTAR Nº 01 de 01

ENDC VIEIRA  
 MA PFL

80208 16.090.0563

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA  
 SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
 EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. - PORTOBRAS  
 RECUPERAÇÃO DO CAIS DE CARVÃO DO PORTO DE IMBITUBA/SC  
 PARA SUPLEMENTAÇÃO: Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros)

**JUSTIFICATIVA**  
 O Porto de Imbituba, situado a 100 km ao Sul de Florianópolis, Santa Catarina, operado por concessão da PORTOBRAS pela Companhia Docas de Imbituba, é o escoadouro natural do carvão extraído da região de Criciúma - SC. Construído há 50 anos, encontra-se estruturalmente em estado crítico. As obras não só prevêm a recuperação das estruturas, como também à modernização da plataforma a fim de receber equipamentos adequados que aumentem a eficiência no carregamento do carvão.

08/08/90 *Enzo*  
 Assinatura

RESOLUÇÃO 114/90  
 1 5 - 0 0 0 1 3 - 0

COMISSÃO PARLAMENTAR Nº 01 de 01

JOSE CARLOS VASCONCELOS  
 MA PFL

80208 16090 563.0563 0012

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA  
 SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
 EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. - PORTOBRAS  
 REFORMA E AMELIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE RECIFE  
 PARA SUPLEMENTAÇÃO Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros)

**JUSTIFICATIVA**  
 1 - Estágio Atual  
 Dentro do programa de ampliação e modernização do Porto de Recife, já foram executados os seguintes serviços:  
 - Cais de atracação com 997 m de extensão  
 - Dois armazéns para carga geral com 7.000 m<sup>2</sup> cada um  
 - Cais para embarque e desembarque  
 - Pátios abertos de estocagem em pavimento (asfalto) no total de 50.000 m<sup>2</sup>  
 - Demolição e recuperação de áreas portuárias no total de 4.000 m<sup>2</sup>  
 - 90% da rede de serviços de infra-estrutura, tais como, água, esgoto, drenagem e dutos subterrâneos para iluminação, força e comunicação  
 - 80% dos serviços de instalações elétrica e telefônica  
 - 15% da obra predial do centro administrativo do porto que por falta de funcionamento integrado de todo o sistema portuário, tais como, balsas, rodoviárias e ferroviária, garagem de equipamentos, castelos d'água, setor de informática e de mais prédios administrativos  
 - 6% das obras do acesso rodoviário norte ao Porto, que o ligará diretamente à malha rodoviária de longa distância (BR 101)

Deverão ser iniciadas ainda as obras relativas ao Terminal de Múltiplos Usos, compreendendo três berços para a atracação de navios AN-RN, pátios de estocagem, instalações físicas da infra-estrutura e instalações para o atendimento administrativo do Terminal e de seus usuários, bem como adquiridos os equipamentos necessários à operação portuária.

2 - Importância da Obra  
 - O Sistema Portuário desenvolvido aqui, e que conta com a participação dos produtores brasileiros, é uma vez que mais de 95% das vendas brasileiras no exterior seguem seus destinos por via marítima.  
 No caso do Porto de Recife era mister promover sua recuperação, em vista do nível de deterioração a que haviam chegado suas instalações e sua ampliação e modernização, abre grandes possibilidades para o parque industrial de Pernambuco crescer no rumo das exportações, sendo, sem dúvida nenhuma, um forte indutor e estruturador da economia do Estado. Admite-se que nesse sentido deverão ampliar-se as vendas de outros produtos, como a cerâmica decorativa. O novo porto possibilitará que o escoamento de toda a produção do Vale do São Francisco, destacando-se a produção de soja com uma movimentação anual de 600.000 ton de grão, e a produção de carga frigorífica (tomate, melão, abacaxi, sucos de frutas, etc) com uma movimentação de 100.000 ton/ano, seja feita através de Recife.  
 A área de influência do Porto de Recife abrange vasta região compreendendo não só todo o Estado de Pernambuco, como também os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, parte dos Estados de Alagoas, Sergipe (ilha Ilha de Itaparica), Ceará (Ilha de Itaparica) (Sul) e Bahia (Noroeste).  
 O Porto de Recife é responsável pelo escoamento de toda produção de açúcar e melão do Estado de Pernambuco e por 25% das exportações de açúcar do Brasil. Por seu intermédio é feita a importação das 500.000 ton/ano de trigo para o abastecimento dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe.

Este programa de modernização do porto trará a ampliação e trivialização do emprego de contêineres e das operações do gênero "roll-on/roll-off" e, além das vantagens de ordem econômica e operacional, essas novas técnicas do transporte marítimo pelo cartão o porto em isonomia tecnológica com os demais portos principais do País, sendo imprescindível para o efetivo desenvolvimento das atividades portuárias nesta década.

Outro benefício que o projeto da modernização possui, é a criação de um novo acesso rodoviário ao Porto de Recife, com ligação direta à malha rodoviária de longa distância (BR-101), eliminando, assim as restrições atuais quanto ao tráfego pela área central do Recife, que é naturalmente congestionada, bem como as limitações quanto

à movimentação de cargas pesadas que facilmente extrapolam os limites das pontes que atualmente dão acesso ao litoral. Cerca de 82% do transporte de mercadorias movimentadas pelo porto se processa por via rodoviária.

Graças ao projeto de expansão e modernização, o Porto do Recife pode atender às novas linhas de evolução do sistema portuário, preparando-se para dispor de terminais especializados para atendimento a contêineres e "roll-on/roll-off", que são os métodos mais avançados de concentrar e permitir maior produtividade na movimentação de carga geral, com redução de custos por tonelada transportada.

Além dos índices de sensibilidade - valor dos investimentos, valor dos benefícios, relação Benefício/Custo (B/C) e a taxa interna de retorno-obtidos na avaliação econômica que ratificam a validade e oportunidade dos investimentos no projeto, vale salientar que o Porto do Recife serve o Estado de maior atividade econômica do Nordeste, e a execução do projeto em pauta, cria a expectativa de um incremento suplementar no quadro comercial, acarretando benefícios adicionais à região e ao País.

Formulário de identificação parlamentar contendo nome do deputado (ALBÉRIO CORDEIRO), partido (PFL), e número de inscrição (49.249).

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETRONIAS
COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO S.A. - CHESF
USINA HIDRELÉTRICA XINGÓ - BARRAGEM DE ELEVAÇÃO
PARA SUPLEMENTAÇÃO: Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros).

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Xingó constitui-se num dos últimos grandes aproveitamentos hidroelétricos do Nordeste Brasileiro, na área de concessão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Trata-se de obra prioritária do Setor Elétrico, estando incluída no Plano de Recuperação do Setor Elétrico-PRS e no Plano 2010 do Ministério das Minas e Energia.

A partir da regularização do Rio São Francisco, efetivada através dos aproveitamentos hidroelétricos da Região Sudoeste, em função do desnível topográfico da ordem de 120 m., a construção de Xingó ensaiará o Sistema CHESF, o acréscimo de potência de 3.000.000 de KW, na primeira etapa, e de 2.000.000 de KW, na segunda etapa, indispensáveis ao suprimento energético do Nordeste.

Sua excepcional localização faz com que seu custo de produção seja o mais baixo do Setor Elétrico Brasileiro, aproximadamente 18 US\$/MWh, enquanto que a média nacional está em torno de 35 US\$/MWh. Possui ainda a característica de não produzir grandes impactos ambientais, pouco atingido a fauna e flora, além de proporcionar inúmeros benefícios de repasseamento populacional. A área a ser submersa é de pouca ou nenhuma atividade agropecuária, pelo contrário, com a elevação das águas irá favorecer a irrigação ribeirinha que hoje é inviável e inexistente face à altitude do "canyon".

As obras civis foram iniciadas no primeiro semestre de 1987, a partir do desvio do Rio e de implantação do Canteiro Industrial e das Vilas Residenciais.

Prever-se alocar aproximadamente 10.000 homens, como mão-de-obra direta e indireta, já estão concluídas as Vilas Residenciais, para as diversas categorias profissionais, dotadas de todos os equipamentos comunitários, tais como, recreação e lazer, hospitais, escolas, supermercados, sistema de comunicações e de telefonia.

O Canteiro Industrial, também já concluído, está produzindo agregados, concretos e demais insumos indispensáveis às obras.

No Canteiro de Obras, destaca-se pela sua importância, a abertura em direção de rocha dos túneis, através dos quais as águas do Rio São Francisco serão desviadas. A Usina de Xingó será a próxima hidrelétrica a entrar em operação no sistema CHESF e sua execução dentro do cronograma é fundamental para a região Nordeste e para o próprio País.

À medida que contribui para não agravar ainda mais os desníveis regionais. Está prevista para entrar em operação em julho de 1990, qualquer atraso nestes a obra colocará o Nordeste exposto a riscos elevados de infortunio, da ordem de 20%, com valores de déficit superiores ao já vividos durante o fechamento de 1987, com graves consequências para o desenvolvimento econômico do Nordeste.

Considerando que a compra dos equipamentos já foi equacionada quer através de contratos internacionais quer via doméstica, através do FINEP, o período crítico, em termos de recursos financeiros, ocorrerá no biênio 90-91, quando deverão ocorrer a construção do maciço da barragem e a realização dos 30% restantes das obras necessárias ao desvio do Rio. Sem a conclusão desta etapa, as obras compreendidas desde a construção do maciço da barragem e sua concretagem até a geração, que existem um prazo técnico mínimo de 30 meses, não serão realizadas.

A partir de 1984, começaram a surgir as primeiras dificuldades de recursos financeiros destinados a manter em dia o cronograma físico das obras, penalizando as empresas construtoras e, especialmente, a mão-de-obra aplicada ao Projeto. Apesar do grande esforço da Diretoria da CHESF junto à ELETROBRÁS para evitar a falta de recursos financeiros, essa situação vem perdurando até os dias atuais.

O fato causou a mobilização efetiva da opinião pública, especialmente dos Parlamentares de todo o Nordeste e também de Governadores de Estados, assim, como de Associações de Classes, no sentido da continuidade das obras e da suplementação dos recursos necessários à consecução dos objetivos.

Foi de significativa importância que a UHE Xingó representa para todo o Nordeste, o Presidente da República, Dr. Fernando Collor, recentemente visitou o local das obras.

Formulário de identificação parlamentar contendo nome do deputado (ALBÉRIO CORDEIRO), partido (PFL), e número de inscrição (49.249).

Empreendimento de tamanha envergadura, que ensejou a mobilização de milhares de trabalhadores nordestinos, com fantástico efeito multiplicador no comércio de toda a região, está sendo paulatinamente paralisado, exclusivamente por falta de recursos para a continuidade das obras.

Os efeitos sociais negativos que a paralisação causa são desastrosos, para a própria obra e para os empregados de modo geral, porém, mais especialmente para os trabalhadores menos qualificados e contratados na própria região, área do semi-árido alagado e sergipano atormentada pela seca onde as atividades econômicas são de extremas dificuldades. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco elaborou um argumento original no montante de Cr\$ 1.392,2 milhões para 1990. Com os cortes introduzidos pela CEST incidindo exclusivamente sobre a Usina Hidroelétrica de Xingó, os recursos assegurados ficaram limitados a Cr\$ 344,0 milhões que seriam totalmente destinados a usina hidroelétrica de Xingó. Vale ressaltar que neste argumento não poderão ocorrer cortes sob pena de CHESF não conseguir mobilizar as obras previstas no cronograma e consequentemente não será assegurar a geração de energia elétrica em 1990.

CANCELAMENTO DE FONTE:
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E ORÇAMENTO
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - R\$ 900.000.000,00
VALOR A CANCELAR: Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros)

Formulário de identificação parlamentar contendo nome do deputado (ALBÉRIO CORDEIRO), partido (PFL), e número de inscrição (49.249).

ESTRUTURA

Resolução: 114/90

3 6 00017 - 4

ORDENAMENTO PARLAMENTAR

01 de 01

AUTOR

DEPUTADO ALBERICO CORDEIRO

AL PFL

LEI Nº 49.249

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO

49.249 09 051 0263 5377.0001

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA  
 SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA  
 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELEIBRAS  
 COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO S.A. - CHESF  
 USINA HIDRELÉTRICA LUIZ GONZAGA  
 PARA SUPLEMENTAÇÃO: Cr\$ 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

A USINA HIDRELÉTRICA LUIZ GONZAGA (ex-Itaparica), em fase de conclusão, representa para o Nordeste a garantia do afastamento do perigo do fantasma de grande racionamento de energia elétrica em toda aquela vasta Região.

Entretanto, afastado o perigo do racionamento, existe, ainda pendente, o grave problema de realocação de todo o pessoal desalojado pelas águas que originaram o Reservatório da Usina. Aproximadamente 70.000 pessoas estão desabrigoadas e na dependência de recursos financeiros para que sejam alojadas em novas áreas já determinadas pelo Governo.

Portanto, o gravíssimo problema social dessas aproximadamente 70.000 pessoas deve ser solucionado a curtíssimo prazo, daí a necessidade de alocação de recursos ora solicitados.

CANCELAMENTO DE FONTE:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA: CÓDIGO - 90.000.99.999.9999  
 VALOR A CANCELAR: Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros)

09/08/90

AC

3 6 00017 - 4

ORDENAMENTO PARLAMENTAR

01 de 01

AUTOR

SENADOR HENDES CANALE

MS PSDB

LEI Nº 80208

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO

16.090.0563.5023.0001

Aumentar a dotação consignada ao subprojeto "80208.16.090.0563 5023.0001 - INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA PARA APOIO E REPAROS NAVAIS EM PARA NAGUA" para Cr\$ 396.431.000,00 (trezentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e trinta e um mil cruzeiros).

FONTE: Aumento de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) nos Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido - Tesouro.

JUSTIFICATIVA:

Apresentei emenda ao projeto de lei de revisão do Orçamento Fiscal (MSG nº 109, de 1990-CN) propondo um crédito suplementar de

Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para o subprojeto em tela. Assim sendo, a emenda ora colocada tem por objetivo ajustar a dotação contida no Orçamento de Investimentos ao novo patamar de destinação de recursos para o subprojeto.

09/08/90

3 6 00017 - 1

ORDENAMENTO PARLAMENTAR

01 de 01

AUTOR

DEPUTADO NELTON FRIEDRICH

PR PDT

LEI Nº 49.249

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO

49.249 09 051 0263 5377.0001

Inclua-se onde couber no programa de trabalho do Ministério da Saúde - 36000 - o seguinte subprojeto:  
 - Recursos para o Hospital Regional de Cascavel - PR  
 Valor: 10 000 (dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

O mencionado Hospital, vêm sofrendo grandes problemas financeiros devido o alto número de pacientes da região oeste (é um dos maiores da região) que o procuram, pois alguns municípios não possuem nem um hospital.

09/08/90

3 6 00040 - 4

ORDENAMENTO PARLAMENTAR

01 de 01

AUTOR

DEPUTADO NELTON FRIEDRICH

PR PDT

LEI Nº 80208

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO

16.090.0563.5023.0001

Inclua-se onde couber no programa de trabalho do Ministério da Educação - 26000 - o seguinte subprojeto:  
 - Recursos para o Hospital de Clínicas da universidade Federal do Paraná. Curitiba - PR  
 Valor 15 000 (quinze milhões de cruzeiros).

JUSTIFICATIVA

O mencionado Hospital não apenas desenvolve atendimento de grande número de doentes (40.000 consultas/mês, 1.500 Internações/mês, 100 000 exames/mês) como atende os mais complexos (transplantes) que de todo o Estado vão para lá.

09/08/90

3 6 00017 - 4

ORDENAMENTO PARLAMENTAR

01 de 01

AUTOR

DEPUTADO NELTON FRIEDRICH

PR PDT

LEI Nº 80208

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO

16.090.0563.5023.0001

1 - ATA DA 62ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE AGOSTO DE 1990

Sessão solene destinada a recepcionar o Senhor Jaime Paz Zamora, Presidente da República da Bolívia.

1.1 - ENCERRAMENTO

2 - ATA DE COMISSÃO

## Ata da 62ª Sessão Conjunta, em 15 de agosto de 1990 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura Presidência do Sr. Nelson Carneiro

ÀS 11 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Gilberto Miranda; - Ronaldo Aragão; - Jarbas Passarinho; - Carlos Patrocínio; - Antonio Luiz Maya; - Alexandre Costa; - Chagas Rodrigues; - Afonso Sancho; - Mauro Benevides; - Ney Maranhão; - Mansueto de Lavor; - Divaldo Suraugy; - Francisco Rollemberg; - Lourival Baptista; - Nelson Carneiro; - Mata-Machado; - Severo Gomes; - Pompeu de Sousa; - Márcio Lacerda; - Mendes Canale; - Affonso Camargo; - Jorge Bornhausen; - Alberto Hoffmann.

E OS SRS. DEPUTADOS:

### Acre

Amílcar de Queiroz - PDS.

### Amazonas

Beth Azize - PDT; Ézio Ferreira - PFL.

### Rondônia

Arnaldo Martins - PSDB; Assis Canuto - PTR.

### Pará

Eliel Rodrigues - PMDB.

### Tocantins

Eduardo Siqueira Campos - PDC; Paulo Mourão - PDC.

### Maranhão

Enoc Vieira - PFL; Onofre Corrêa - PMDB; Vieira da Silva - PDS.

### Ceará

Expedito Machado - PST; Furtado Leite - PFL; Haroldo Sanford - PMDB; José Lins - PFL; Moysés Pimentel - PDT; Ubiratan Aguiar - PMDB.

### Rio Grande do Norte

Antônio Câmara - PRN.

### Paraíba

Aluizio Campos - PMDB.

### Pernambuco

José Carlos Vasconcelos - PRN; José Jorge - PFL; Osvaldo Coelho - PFL.

### Bahia

Benito Gama - PFL; João Alves - PFL; Jorge Viana - PMDB; Milton Barbosa - PFL; Murilo Leite - PMDB; Prisco Viana - PMDB; Waldeck Ornêtas - PFL.

### Espírito Santo

Lurdinha Savignon - PT.

### Rio de Janeiro

Flávio Palmier da Veiga - PRN; Arolde de Oliveira - PFL; Benedita da Silva - PT; Brandão Monteiro - PDT; Vladimir Palmeira - PT.

### Minas Gerais

Bonifácio de Andrada - PDS; Elias Murad - PSDB; Hélio Costa - PRN; João Paulo - PT; Paulo Delgado - PT; Raul Belém - PRN.

### São Paulo

Adhemar de Barros Filho - PRP; Dirce Tutu Quadros - PMDB; Eduardo Jorge - PT; Florestan Fernandes - PT; Francisco Amaral - PMDB; Gastone Righi - PTB; Gumercindo Milhomem - PT; Irma Passoni - PT; José Egreja - PTB; José Genóino - PT; Luiz Inácio Lula da Silva - PT; Plínio Arruda Sampaio - PT; Samir Achôa - PMDB.

### Goiás

José Freire - PMDB.

### Distrito Federal

Augusto Carvalho - PCB; Francisco Carneiro - PTR; Jofran Frejat - PFL; Maria de Lourdes Abadia - PSDB; Sigmaringa Seixas - PSDB; Valmir Campelo - PTB.

### Mato Grosso

Antero de Barros - PT.

### Mato Grosso do Sul

Rôsário Ueno - PFL; Congro Neto - PSDB; Renato Bernardi - PMDB.

### Paraná

Antônio Ueno - PFL; Renato Bernardi - PMDB.

### Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis - PDS; Eduardo Moreira - PMDB.

### Rio Grande do Sul

Paulo Paim - PT.

### Amapá

Geovani Borges - PRN.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) - Declaro aberta a sessão destinada a recepcionar S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Jaime Paz Zamora, Presidente da República da Bolívia.

S. Ex<sup>a</sup> encontra-se no edifício do Congresso Nacional. Para introduzi-lo neste plenário, designo Comissão constituída pelos Líderes de partidos políticos representados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso Nacional e pelos Parlamentares Mata-Machado, Afonso Sancho, Pompeu de Sousa, Antônio Mariz e Carlos Patrocínio. (Pausa.)

*Acompanhado pela Comissão, ingressa no plenário o Sr. Jaime Paz Zamora. (Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) - Vão ser executados, neste momento, os hinos nacionais da Bolívia e do Brasil.

*Execução dos hinos nacionais da Bolívia e do Brasil.*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, que, em nome do Senado Federal, saudará S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República da Bolívia.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal; Srs. Embaixadores; Srs. Ministros de Estado; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Sr. Presidente da República da Bolívia, Jaime Paz Zamora, esta solenidade reveste-se de especial significado para o Congresso Nacional. É dupla a alegria: homenageia-se o Chefe de uma nação amiga e o ex-parlamentar, pois o ilustre homem público, além de ter sido eleito Vice-Presidente da República por três vezes, foi, também, Presidente do Congresso de seu país. Seja bem-vindo à nossa Casa, Senhor Presidente!

A Bolívia é hoje uma nação que todos admiram. Após décadas de instabilidade política e econômica, consegue, trilhando os caminhos democráticos, domar uma inflação que atingia a inacreditável cifra dos 25.000%.

Enormes sacrifícios foram exigidos do povo boliviano. E V. Ex<sup>as</sup>, Dr. Jaime Paz Zamora, ao assumir o governo de um país ainda em pleno processo de normalização, soube, com sensibilidade e firmeza, estabilizar a estabilidade. Frágeis que revelaram os alicerces de sustentação do edifício a construir. A ação de V. Ex<sup>a</sup> os fortifica.

Habilidade e talento orientaram a costura do Acordo Patriótico, que possibilitou formar um governo de conciliação. Dois partidos, aparentemente antagônicos, contornaram suas diferenças e provaram que, em política, quando há vontade, o impossível se converte em realidade.

E o impossível concretizado já revela seus frutos. A forma humana como V. Ex<sup>a</sup> vem conduzindo a guerra contra o narcotráfico merece nossa admiração e aplauso. Ensina-nos que a simples repressão não educa nem mata a fome. Impõe-se oferecer alternativas capazes de substituir as tradicionais formas de sobrevivência. Por esse esforço — cujos frutos também colhemos — a Bolívia é credora de nossa solidariedade e admiração.

Muitos laços unem nossos países. A Bolívia é o país com

o qual o Brasil tem a mais extensa faixa de fronteira, que nos aproxima e irmana.

E é como tradução da vontade de aprofundar essa aproximação que vejo os acordos que os dois governos, o boliviano e o brasileiro, acabam de firmar. A concessão de um depósito franco no porto de Paranaguá, o intercâmbio tecnológico na área de produção animal, o acordo sobre a preservação do meio ambiente e recursos naturais e o acordo do gás põem em relevo as enormes possibilidades de aproximação dos dois países.

Vivemos em um mundo que se organiza em blocos. Movidas por enorme vontade política, capazes de cicatrizar feridas e atenuar diferenças, as nações se aproximam, se integram, se fortificam.

A América Latina precisa estar atenta a esse movimento. Não como espectadores, mas como agente de seu processo de progressiva integração econômica.

A História nos ensina que as diversidades e os desequilíbrios regionais exigem processos diferenciados de integração. Os passos iniciais — seguros e sem açodamentos — estão sendo dados. Brasil e Argentina são exemplos de concretização do velho sonho de integração regional. Estão lançadas as bases para o mercado do Cone Sul. Consolidam-se as esperanças dos que desejam criar o mercado comum do Prata. Motivam-se os que sonham com a integração latino-americana.

"A utilidade da História" — já dizia Emerson — "está em dar valor à hora presente e à sua tarefa". A década que 1990 inaugura, obriga Brasil e Bolívia a buscarem caminhos comuns no terreno energético, tecnológico e no do comércio bilateral.

Para encerrar, torno minhas as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Paz Zamora: "Nascemos juntos, continuamos a viver juntos e juntos conquistaremos o futuro". (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Tenho o prazer de conceder a palavra ao nobre Deputado Valmir Campelo, que falará em nome da Câmara dos Deputados.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Congresso Nacional; Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Revmo. D. Carlo Furno, Nuncio Apostólico Deca-

no do Corpo Diplomático; Srs. Ministros de Estado do Governo da Bolívia; Srs. Embaixadores — acreditados no Brasil; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Senhores; Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Jaime Paz Zamora, Presidente da República da Bolívia, temos a elevada honra de expressar, em nome da Câmara dos Deputados e do povo brasileiro, os sentimentos de fraternidade e de júbilo que nos causa a presença de V. Ex<sup>a</sup> em nosso País e neste Parlamento.

Momento particularmente propício é este em que somos agraciados por sua visita. Após décadas de instabilidades econômicas e políticas, as nações latino-americanas estão-se encontrando, neste último quarto do século XX, com sua vocação democrática e progressista.

Rompem-se grilhões históricos, eliminam-se vetustos preconceitos, abrem-se novos horizontes e perspectivas.

Acima de tudo, irrompe uma amadurecida e definitiva consciência, em cada um desses povos irmãos, de que apenas com democracia e desenvolvimento será possível atingir a justiça e o bem-estar social por todos almejados.

Tal onda de libertação e de renovação começa agora a extirpar as fronteiras nacionais, repetindo, no terreno das idéias, a mesma marcha heróica e vitoriosa que Simon Bolívar e seus aliados empreenderam contra o imperialismo de outrora. É hora de a América Latina retomar o exemplo de seus antepassados e conquistar, definitivamente, seu espaço no concerto das nações.

Das lutas travadas em cada país do continente contra os inimigos mais cruéis e impiedosos do homem — a opressão, a miséria, as desigualdades sociais — da comunhão de valores éticos e culturas forjada ao longo de uma história compartilhada nos desafios e êxitos, e da inabalável confiança num futuro promissor renasce, revigorado, o ideal da integração latino-americana.

A cooperação e o mútuo desenvolvimento voltam a ser objeto de encontros, acordos, discussões, aproximações.

Esse é hoje, na verdade, um processo irreversível, de vez que já se incorporou ao espírito de nossos povos, transcendendo políticas e conjunturas econômicas.

A Bolívia, nesse contexto de reforma, modernidade e progresso, tem-se destacado como

notável exemplo de coragem e trabalho, não se eximindo dos sacrifícios necessários em tão importante revolução.

O mundo tem testemunhado com admiração as profundas mudanças por que passa o país de V. Ex<sup>a</sup> motivos de alegria e festa para nós brasileiros, que nutrimos especial apreço por sua gente.

É por essa razão que saudamos a eleição de V. Ex<sup>a</sup>, Dr. Paz Zamora, para a condução, nos próximos anos, dessa magnífica obra de restauração e construção.

Por sua formação, por sua experiência como estadista e por seu destacado espírito público, sua presença no comando maior de seu país representa não apenas a consolidação das vitórias já alcançadas, notadamente nas áreas econômica e política, mas, principalmente, a certeza de que seguirá o povo boliviano, a passo célere e seguro, os caminhos do progresso, da justiça social e da fraternidade entre os homens.

A par de uma sólida formação intelectual, em que desponta a graduação em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, V. Ex<sup>a</sup> Dr. Paz Zamora, distingue-se por seu denso embasamento cristão, coroado pela graduação em Filosofia numa das mais recomendadas instituições religiosas argentinas.

O encontro dessas vertentes faz com que o traço característico da vida pública de V. Ex<sup>a</sup> seja a busca de soluções ao mesmo tempo tecnicamente eficientes e socialmente justas para as grandes questões nacionais e internacionais.

Sua militância em prol da defesa dos valores superiores do ser humano o levou, inclusive, além das fronteiras do seu país, tornando-o um dos responsáveis pela criação da Associação Latino-Americana dos Direitos Humanos, órgão que tem atuado de forma decisiva em benefício dos cidadãos de todo o continente.

Internamente, percebe-se em cada ponto de seu programa de governo essa preocupação com o homem, seu bem-estar, sua dignificação e desenvolvimento pleno. Esse compromisso, pela formidável envergadura moral que revela, é, sem dúvida, fonte inspiradora de confiança e admiração aos seus patricios.

Líder desde os bancos escolares, presidiu, durante seus estudos na Europa, a Fundação

dos Estudantes Latino-Americanos, já começando aí a revelar suas qualidades de negociador hábil e de canalizador de esforços. Teve, então, contato direto com o clima agitado que dominou o Velho Mundo durante a década de 60 e início da de 70, presenciando toda a discussão político-ideológica então travada.

Concluída essa fase de formação, retornou V. Ex<sup>a</sup> ao seu país imbuído do firme propósito de trabalhar e lutar para que a Bolívia superasse os graves problemas que a afligiam.

Após um período de atividade acadêmica, no qual se destacou ministrando cadeiras tanto na Faculdade de Sociologia quanto no Instituto de Relações Internacionais da Universidade Maior de San Andres, em La Paz, V. Ex<sup>a</sup> Dr. Paz Zamora, optou, corajosamente, pelo árduo caminho da militância clandestina, participando da fundação do Movimento de Esquerda Revolucionária.

É nesses momentos, senhoras e senhores, que se distinguem os homens de fibra, as intenções dos compromissos e o amor aos ideais. Tais decisões, tomadas diante de obstáculos capazes de fazer esmorecer o comum dos mortais, são as que de fato interferem na história dos povos e mudam seu direcionamento.

Quando um homem expõe a própria vida em função de uma causa, ele transcende sua condição de simples coadjuvante no desenrolar dos acontecimentos para passar a ser agente de seu próprio destino.

Os anos de resistência à opressão e de pregação democrática sedimentaram a trilha do entendimento e da união de forças políticas, fazendo com que V. Ex<sup>a</sup> se tornasse um dos principais artífices do amplo pacto nacional que reverteu de forma marcante o processo histórico de seu país.

Não foram, evidentemente, anos fáceis. As vitórias políticas sucumbiam, não raro, à força das armas e da intolância. Até mesmo contra sua vida atentaram — felizmente, sem êxito — deixando em seu corpo as marcas que certamente já trazia no coração diante do sofrimento de seu povo.

Nem o exílio pôde interromper a profícua atividade de V. Ex<sup>a</sup>. O tempo em que esteve afastado de seu país foi investido produtivamente no cenário internacional, quer denunciando ao

mundo o que ocorria na Bolívia, quer pugnando pelo fortalecimento dos vínculos entre os povos vizinhos.

Participou, nesse período, da fundação do Parlamento Andino, entidade que busca congregar os países da cordilheira em um fórum amplo de entendimento e cooperação política, do qual participam representantes do povo de cada nação.

Tomou também parte na Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e tornou-se delegado observador no Movimento Social Democrata que se representa na Internacional Socialista, da qual é membro consultivo desde 1986.

Essa ampla atuação além-fronteiras deu os últimos retoques em seu perfil político, habilitando-o, como poucos, ao exercício do poder. Não surpreendentemente, seus patricios tiveram a clarividência de percebê-lo, conferindo-lhe, mais uma vez, mandato popular, desta feita para o posto mais elevado da magistratura nacional.

Os primeiros meses de sua administração já demonstram que V. Ex<sup>a</sup> é homem talhado para a tarefa.

O amplo programa de governo colocado em marcha procura atacar, de modo destemido, os desafios que se colocam adiante do povo boliviano, não permitindo o desperdício dos esforços já despedidos e não se acomodando com os louros já alcançados.

V. Ex<sup>a</sup> tem destacado, em seus pronunciamentos e ações, a imperiosa necessidade do desenvolvimento e crescimento econômico como única forma de se atingirem patamares mais elevados de qualidade de vida.

Após anos de sacrifícios e renúncias, a retomada do incremento da atividade produtiva coloca-se como meta fundamental dos países latino-americanos. Particularmente, importa-nos sair da condição de meros exportadores de produtos inachabados para conquistarmos níveis mais elevados de conhecimento tecnológico e nos posicionarmos de forma mais equânime perante as nações do Primeiro Mundo.

O projeto político de V. Ex<sup>a</sup> está em perfeita sintonia com o momento decisivo por que passamos.

Com efeito, são palavras de V. Ex<sup>a</sup>:

"Estamos vivendo os anos em que a Revolução da Demo-

cracia modificou para sempre o cenário da economia e da política mundiais e começam outros nos quais se definirá o futuro das sociedades e homens do planeta."

Dando prioridade ao investimento, ao emprego, à educação e à saúde, seu governo, certamente, colocará a Bolívia na dianteira das transformações que se prenunciam neste final de milênio.

Além do sucesso interno, e cada vez mais intimamente ligadas a ele, percebemos também excelentes perspectivas de bons empreendimentos envolvendo nossos países, quer a nível bilateral, quer regional.

Temos firme e antigo fundamento em nossas relações diplomáticas, econômicas e culturais. Agora, com a plena restauração de nossas democracias e recuperação de nossas economias, podemos almejar crescente intercâmbio entre nossos povos.

A vinda de V. Ex<sup>a</sup> a esta Casa, mais do que um evento protocolar no relacionamento de nações irmãs, representa a renovação desse propósito de caminharem juntos, brasileiros e bolivianos, aproximados pela convicção de que, com trabalho, liberdade e justiça, haveremos de superar quaisquer deficiências em obstáculos que porventura se nos interponham.

Sabemos do crescimento de nossas relações comerciais, e com isso nos alegamos. Creemos que a riqueza existe para fluir e não para ser represada. Fluindo ela multiplica-se por onde passa; contida, torna-se objeto de vil apropriação.

A cooperação e integração entre nações são o caminho do futuro. A desconfiança e a intolerância ideológica apenas apontam o rumo de volta a um passado já superado.

Queremos compartilhar com nossos vizinhos bolivianos esse ideal de progresso e modernidade. Muito temos a receber, muito a dividir, bastante a oferecer.

O relacionamento com países amigos não apenas dinamiza nossas economias e nos garante melhores condições materiais de vida. Acima de tudo, essa aproximação nos enriquece o espírito, pela fecunda troca de valores culturais e éticos, pela sublime experiência de uma humanidade fraterna e digna.

Bolívia e Brasil, pelo muito que ainda têm por conquistar,

estão apenas dando os primeiros passos nessa direção. Os próximos anos virão demonstrar, cabalmente, a veracidade e a sinceridade dessas afirmações.

Por hora, desejamos aproveitar a honra que V. Ex<sup>a</sup> nos confere aqui comparecendo, para reafirmar nossos laços tão significativos com a Bolívia, cumprimentando-o pelo trabalho patriótico e dinâmico que vem desenvolvendo em seu país.

Particularmente, a V. Ex<sup>a</sup> queremos deixar nossas homenagens, por seu valor pessoal e pelo que representa para o pensamento político latino-americano. Esperamos que o destino lhe seja abençoado, dando-lhe os meios e oportunidades de implementar seus ideais.

Finalmente, encarecemos que se digne portar mensagem nossa, do povo brasileiro, aos bolivianos, manifestando-lhes nosso apreço, nossa admiração e nossa solidariedade.

Brasil e Bolívia, irmanados com as demais nações latino-americanas, haverão de prosseguir, firmes e determinados, na senda da democracia, do direito e do desenvolvimento humano e social!

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Cabe-me, nesta oportunidade, a honra de conceder a palavra ao eminente Presidente constitucional da Bolívia, Dr. Jaime Paz Zamora.

**O SR. JAIME PAZ ZAMORA** (Pronuncia o seguinte discurso, em espanhol.) —

"Muito obrigado Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Muito obrigado Sr. Presidente da Câmara dos Deputados,

Muito obrigado Sr. Senador Jorge Bornhausen por suas palavras,

Muito obrigado Deputado Valmir Campelo por suas distinguidas palavras,

Estimado Sr. Núncio, Corpo Diplomático, Sr. Arcebispo, Senhores Ministros, Senhores Deputados e Senadores.

Exm<sup>a</sup> Sr. Presidente:

Talvez minhas palavras denunciem um profundo sentimento de emoção que tenho esta manhã, ao recordar que nenhum outro mandatário boliviano teve antes o privilégio e a honra que, por obra do destino e da

vontade de nossos povos, me toca agora, quando me dirijo ao Congresso do Brasil em nome de todos os bolivianos.

Chego aqui, Sr. Presidente, em atitude de respeito ante a instituição que, como poucas, está na essência mesma do sistema democrático. E venho com as marcas da luta que meu povo enfrentou para recuperá-la, como fez a fraterna nação brasileira. Trago também a mensagem de uma nova geração política latino-americana que ganhou a liberdade nas ruas, junto ao seu povo, e que descobriu a democracia como um feito revolucionário dos fins do século XX e começo do século XXI.

Uma geração que compreendeu a mensagem que sai da voz dos homens concretos, de carne e osso, que se revelam contra as formas obsoletas da intermediação política, econômica e social, que resgata o valor supremo do entendimento para qualquer obra humana de finalidade positiva e que nos lembra, dirigentes políticos, o compromisso de atuar em sintonia com esse sentimento popular, maduro, que vai convertendo-se em uma consciência coletiva de nossos povos.

É nos Congressos Nacionais onde se percebe, com maior energia, o potencial de transformação institucional que traz consigo a revolução da democracia; porque, vocês, os parlamentares, são os representantes do povo. Sabem que o Congresso, coração do processo democrático, deve pulsar no ritmo e na vontade de mudança de seus mandantes. É a peça central da engrenagem que facilita ou freia o funcionamento do regime democrático.

Permito-me assinalar, falando do meu país, que por muito tempo a Bolívia foi conhecida como a expressão do imprevisível. Teixeira Soares, um grande amigo do meu país, disse, certa vez, que ali tudo era fluido, precário e instável. Porém houve um momento em que o povo da Bolívia compreendeu, por excesso, que a estabilidade política cimentada no diálogo democrático é imprescindível para enfrentar a tarefa do controle da inflação e do desafio do crescimento econômico. Convertiu a estabilidade política e econômica em uma espécie de filosofia nacional, em uma espécie de um objetivo nacional, que unifica, hoje em dia, todos os bolivianos. E, como uma espécie de convicção, surgida da entranha mesma da vontade popular, além dos homens, além dos partidos, além dos gover-

nos, além dos presidentes, além dos próprios representantes nacionais. Se me perguntam qual é a chave da estabilidade e como conseguimos dominar a inflação e reduzi-la a seis por cento, que é o que dá este ano, como inflação acumulada, lhes direi que além das fórmulas técnicas ou dos modelos econômicos, a resposta de fundo está nesse fenômeno fundamental que é o entendimento político entre os cidadãos da Bolívia. Entendimento baseado em um apoio e em um compromisso popular de todos os bolivianos.

Quisera juntar também, Sr. Presidente, que o diálogo interno a que me refiro, deve projetar-se ao nível das tarefas da integração latino-americana, deve ser o princípio de uma espécie de círculo concêntrico que expande e progaga o entendimento entre os nossos povos. Nem para controlar um processo inflacionário, nem para realizar uma tarefa justa e muito menos para crescer e para um desenvolvimento econômico e social se pode empreender essa tarefa sem o pré-requisito básico do entendimento e da convergência e do senso da vontade de um povo a superar as parcialidades.

Se me perguntarem qual é o segredo de um povo que tão rapidamente e historicamente conseguiu como a Bolívia, tem podido fazer, em tão pouco tempo, no campo do desafio econômico que têm enfrentado todos os povos da América Latina neste momento, eu lhes diria que o segredo não foram os tecnocratas, não foram os modelos econômicos precisadamente. O segredo esteve na experiência de um povo que compreendeu, na própria carne, o que é a instabilidade política, econômica e social. E decidiu, e decidiu abandonar tudo algo do passado histórico e a instabilidade e a insegurança da Bolívia contemporânea e a instabilidade e a insegurança, a confiança, a estabilidade. E que para conseguir isso, era importante que uma imensa maioria do país tivesse de acordo em que essa era a realidade, esse era o desafio. É por isso que eu assinalava que os valores de segurança, da estabilidade econômica, política e social, e eu diria os valores do trabalho produtivo do emprego, do desenvolvimento social, já não são valores que correspondem a nenhuma ideologia em meu país, a nenhum partido político em especial, se não que são valores que se incorporam como um patrimônio da ideologia nacional, como um patrimônio da filosofia dos bolivianos.

Sr. Presidente, antes da independência, as fronteiras do mundo lusitano e espanhol se encontraram no que agora são os territórios de nossos países. Ali está, todavia, o Forte do Príncipe da Beira, às margens do rio Guaporé, de vigia em meio da solidão da selva interminável como testemunha dessa época.

Depois, durante muitos anos, Brasil e Bolívia viveram de costas um para o outro. Brasil articulando um imenso centro industrial no litoral atlântico; Bolívia, milenariamente assentada no maciço andino, olhando para o Pacífico, desde às suas montanhas.

Na década dos anos trinta, muitas coisas começaram a mudar no mundo. Aqui, no Brasil, começou o processo que culminaria nas transformações profundas da nova República. Enquanto isso na Bolívia, sob a influência das mesmas idéias, se organizava o movimento popular que terminou sua marcha insurrecional nas ruas de La Paz, na revolução nacional de abril de 1952.

Foi nesse instante histórico que a marcha dos bandeirantes brasileiros para o Oeste se encontrou com os primeiros passos dos bolivianos no processo de aproveitamento do potencial de suas terras orientais. Nossas nações se reconheceram como irmãs e descobriram suas próprias complementariedades, definiram as questões de limite acumuladas desde o Tratado de Tordesilhas e começaram o processo de cooperação econômica e financeira que uniria, pouco a pouco, seus destinos, até então distante e, de certa forma, distintos.

Os caminhos dos povos do Brasil e da Bolívia, como do resto da América Latina, se voltaram paralelos e convergentes. A herança divisionista e dispersiva do colonialismo cada dia foi ficando mais como algo do passado e esquecido.

Juntos, nossos países fizeram a marcha do deserto ao tempo dos governos autoritários e com o mesmo impulso, abriram as comportas da democracia e trouxeram ao continente o dinamismo de uma nova geração política. Essa Bolívia é a que o passado é uma noite sem fim, porque vem de muito longe, para citar um grande escritor brasileiro. Essa Bolívia que se incrusta estranha porém contundentemente no imenso espaço do Brasil, entre as grandes bacias do Rio da Prata no Sul e da Amazônia pelo Norte.

Bolívia e Brasil, como me permiti dizer à noite ao Presidente Collor de Mello e que com maior razão o digo ante aos representantes de todos os Estados e regiões deste extraordinário País, Bolívia e Brasil buscando-se, delimitando-se, necessitando-se, contendo-se, expandindo-se, aceitando-se, entrecruzando-se, identificando-se inexplicável mistério, digo, do côncavo e convexo brasileiro e boliviano conformado pela força da geografia, a história e a cultura.

Sr. Presidente, a revolução da democracia no plano político e a revolução tecnológica no plano econômico têm mudado de maneira radical e substantiva as perspectivas de desenvolvimento nacional.

No limiar do século XXI nos encontramos ante o desafio de uma economia mundial que se levanta na competitividade e na eficiência e em que o conhecimento se converteu em fator decisivo.

Com quase 500 anos, quando os conquistadores chegaram à este continente, nossa civilização confronta o mesmo desafio tecnológico como sua tarefa mais importante e como então, há 500 anos, hoje está em jogo o destino de nossas pátrias a partir do desafio tecnológico e do domínio da ciência, como instrumento de transformação da realidade. Não há dúvida na formulação da resposta. A incorporação da América Latina na economia mundial depende de sua capacidade para integrar-se. Mas, tanto se tem desvalorizado, Sr. Presidente, esse conceito, que quase termina por perder sua significação e seu sentido profundo. Por isso é que, neste caso, como no da hiperinflação de que falávamos há um momento, já não cabe os caminhos intermináveis do gradualismo. É preciso atuar nesta matéria com a mesma coragem com a que os nossos países enfrentam a instabilidade econômica, com a mesma firmeza, com o mesmo vigor, com a mesma consciência coletiva. Quero dizer ante essa assembléia, Sr. Presidente, que a Bolívia, um dos países menos desenvolvido do continente, está sem embargo, preparado para correr o risco da integração imediata, com economia como a do Brasil. De compartilhar uma comum estratégia econômica de abertura à economia mundial. Aceitamos, os bolivianos, este desafio como parte de uma necessidade nacional e continental de projeção e sobrevivência como países na perspectiva do século XXI.

Estou seguro que os outros países da América Latina chegarão à mesma conclusão.

É que a falta de opções soube aclarar muito as idéias, Presidente. Muito mais agora em que a integração sul-americana tem que ver-se com a perspectiva do seu retorno ao sistema econômico internacional. Creio, sinceramente, que os acontecimentos desdobraram a estratégia de complementação sul-regional e que chegou a hora de examinar a forma de soldar os diferentes mecanismos de cooperação parcial em um só, em um processo de integração global, operativo, desburocratizado, construído em respaldo da vontade política dos nossos povos representados, pela primeira vez, neste século, por governos eleitos pelo voto popular, dentro das democracias modernas e representativas.

A América Latina necessita do Brasil tanto como esse imenso país necessita de seus irmãos dos Andes e da Prata. Um sem o outro seriam incompletos. E Bolívia, pessoalmente, não se pode compreender por si só, nem pode sentir-se como uma Pátria viável por si só. Essa Bolívia que antes fora a fronteira, já não sei se de penetração ou de contenção hispânica, é a zona central da América do Sul, a terra dos contatos e de encontro das grandes baías do continente, como o recordara à noite, em suas extraordinárias palavras, o Presidente Collor de Mello. E que Bolívia e Brasil se complementam e se articulam como parte inseparável desse grande país-continente que queremos construir, os latinos-americanos, porque sabemos que o século que vem há de ser protagonizado não pelos pequenos países isolados, senão pelos grandes países-continentes que a nossos olhos já se estão conformando em outras latitudes do planeta.

País-continente de mar a mar que sonharam homens como Simon Bolívar e outros grandes heróis de nossa América Latina. Neste ponto se encontram os brasileiros com seus irmãos andinos, platenses e amazônicos.

Quero, Sr. Presidente, dizer-lhe que neste momento notamos a fragilidade dos nossos processos de integração. O Presidente Bush, como consequência das mudanças internacionais que se estão produzindo no mundo de hoje, de uma maneira vertiginosa, tão vertiginosa que não as suspeitávamos há apenas um ou dois ou três anos atrás, o Presidente Bush, em nome de seu país, se lembra da

América Latina. Se volta a lembrar, diria eu. Sempre estivemos aqui mas ocorria que, como às vezes se passa como as famílias, que um tem parentes, tem, inclusive, irmãos dos quais sabem que existem, que estão na casa, mas que um não se lembra dele todos os dias. Um pouco assim se passavam as coisas entre nós e os Estados Unidos. Formávamos parte de um sistema. Teoricamente éramos os principais aliados de todo os sistema, o sistema interamericano, mas na prática não acontecia assim. Os negócios, a política, as consultas não iam de norte a sul, ou de sul a norte, se não iam de leste a oeste, no norte.

Mas veio a mudança. E da guerra fria se passou a distenção e da distenção se passou para o mundo; o mundo, que hoje em dia eu o chamaria de destino comum. Hoje em dia nada se pode fazer que só tenha consequência para si, se não que, qualquer coisa que ocorra em qualquer parte do planeta, tem consequências para todo o mundo.

E portanto, nem guerras frias, nem quentes, nem distenções, senão destino comum.

E, pela primeira vez na história, depois da Segunda Guerra Mundial, vemos que as duas grandes potências enfrentavam-se a morte não só pela paixão, senão pelos interesses e ideologia, que nos fizeram tantas vezes tremer e cair na incerteza, a todos que não tínhamos nada que decidir no planeta, hoje em dia essas grandes potências, pela primeira vez, se põem de acordo e estão do mesmo lado em um conflito de tanta transcendência como o que se produziu no Oriente Médio, no interior do mundo árabe.

Milagroso, é verdade. E eu diria incompreensível há apenas uns poucos meses e um pouco tempo.

Surge a Europa com uma força extraordinária mas, pensando desta vez na Europa. Outra vez o eurocentrismo, igual que há 500 anos, não nos esqueçamos, latino-americanos, o mesmo mas fortalecido, mais tecnológico do que em 1492 e com maior capacidade. E o Japão, no extremo oriente, estruturando seu próprio mundo, com a mesma agressividade. E os Estados Unidos com o Canadá, os únicos dos americanos que lograram passar a brecha tecnológica de 1492 e que em 500 anos já não são submetidos, tecnologicamente, ou delimitados ou limitados tecnologicamente, como nós latino-americanos seguimos sendo.

Então esse mundo está voltando, outra vez, multipolar. E resulta que nesse contexto, quando o mundo se converte em um mundo bipolar e nós, latino-americanos, começamos a tomar consciência que também teremos de fazer algo por que não podemos ter uma espécie de fatalismo histórico e que enquanto os outros se unem, nós somos incapazes de poder fazer um projeto conjunto, ainda que estejamos unidos pela geografia. Ao que sabemos que não é só a geografia, se não que a história, a cultura, o sentimento e a projeção futura que nos une. Então nós, os latino-americanos, começamos a buscar, também, nosso caminho. E aí vem os Estados Unidos, com esse grande Presidente que é o presidente Bush, me apresentou, o que é seu pensamento, dizendo-me em Washington, faz poucos meses, que ele desejava, igual com todos os compatriotas, construir um lugar comum: as Américas para todos os americanos. Me reconfortou o espírito, mas, devo confessar, não eram as palavras que eu estava acostumado a ouvir, anos atrás. Mas, as assumo com entusiasmo porque somos o mesmo continente e hoje em dia está claro e creio, o mais importante, o histórico, é que para os Estados Unidos da América está claro que sua casa está aqui. Se deu conta definitivamente. E isto é importante para nós porque nosso acordo, nosso contrato, nosso tratado americano, como o disse em Assunção, Paraguai, isso é um dos poucos acordos onde se juntam os extremos máximo da riqueza e da pobreza. É difícil encontrar alianças no mundo onde, teoricamente, sejam iguais e compartilham a aliança os países entre os mais poderosos do mundo, com alguns países que talvez são os mais débeis do planeta. Os extremos da pobreza e da riqueza, os extremos da tecnologia desenvolvida e da tecnologia, direi eu, apropriada, rudimentária, e muitas de nossas comunidades nacionais na América Latina.

Então, um grande momento histórico e uma grande oportunidade. Resulta que essa grande potência, a primeira do mundo, que está em nossa aliança, nos propõe um desafio e lança sua iniciativa às Américas. E tudo isso vem, perdoe-me, estimados parlamentares e amigos do Brasil, a uma preocupação que quero expressar aqui, neste Congresso. Resulta que o Presidente Bush falou como duas ou três vezes, inclusive falou com os Sete Grandes, com os outros, na última reunião de Huston, nos Estados Unidos, no mês de julho. E nós, latino-

americanos, todavia, nada respondemos.

•Cada um disse que sim, que é interessante, que está bem, são palavras novas, mas, de nenhuma parte tivemos a capacidade de dizer: muito bem, frente a sua iniciativa, aqui está a nossa iniciativa. Iniciativa por iniciativa. Por que não?

E eu os digo porque ontem mesmo conversei com o Presidente Collor de Mello e sua equipe e me preocupa, que não sei porque estranha razão, às vezes nós, os latino-americanos temos razões de sentimento que são inexplicáveis, — não sei porque estranha razão, não estamos atuando, na verdade, com a rapidez que se necessita. E, acontece que, tampouco sabemos com quem vamos falar. E por aí o Grupo do Rio, o Grupo dos Oito, talvez tomem o telefone e conversem entre eles. Os do Pacto Andino pensam falar entre eles ou a Bacia do Prata, mas, ao final, desde lá fora, desde a América do Norte à Europa, não sabem com quem falar. Não sabem quem é o interlocutor. Eu diria e revelo a esta Assembléia, porque ademais, me encontro esta tarde com o Presidente Collor, novamente e isto lhe vou dizer. Bem, pelo menos demos uma resposta sulamericana, se não se pode dar uma resposta a outro nível.

O Pacto Andino, mais Brasil e Argentina e vem nossos irmãos da Bacia do Prata, Paraguai, Uruguai, bem, aí está a América do Sul, com o Chile democrático. Porque pode ser complicado que nos juntemos amanhã, hoje, ou passado amanhã e possamos falar e dizer, bem, Presidente Bush, nossa opinião é esta! É a sua iniciativa para esta outra iniciativa. Finalmente, o menos que faltou à América Latina foi imaginação. E porque nos faltar hoje em dia? Presidente, desculpe-me, mas queria revelar este problema por que é uma preocupação para os bolivianos e uma preocupação para seu Presidente, e uma preocupação para os parlamentares de meu país, e me parece que seria grave — e nossos povos não nos perdoaria — que uma oportunidade histórica como esta não seja rapidamente assumida. É uma oportunidade que a história e as divindades e Deus, no qual os latino americanos creem, nos põem nas mãos, a deixemos passar de uma maneira desatenta.

Estimado Sr. Presidente, quero dizer-lhe, para terminar, com algumas reminiscências históricas, que fazem muitos

séculos, os bandeirantes portugueses que saíram de São Vicente e os aventureiros espanhóis, que descendo os Andes foram em busca das riquezas que escondia o Eldorado, na vasta extensão da bacia do Amazonas. Só agora sabemos, com certeza, que a realidade correspondia à lenda e que aqueles missionários não estavam enganados. Em Mato Grosso, em Rondônia, em Mato Grosso do Sul, no Acre, em Pando, em Bolívia, em Santa Cruz nesse interior profundo da América do Sul, onde vibra a ponta ecológica do continente, o sonho da prosperidade se está transformando, cada dia, em realidade concreta e tangível.

As pradarias infinitas, os bosques, os minerais, as águas e os depósitos de hidrocarbonetos já não estão no território das tarefas do futuro.

São obras do presente e nelas descansam, em boa medida, o porvir de nossos países. São as mesmas terras, os mesmos recursos e os homens que ali trabalham não podem diferenciar-se um do outro, nessas paragens, Sr. Presidente, onde antes se construíram fortalezas e agora se levantam empresas e que cresce, a cada instante, o futuro comum boliviano-brasileiro.

Sr. Presidente e estimados parlamentares, tenho a esperança de que estas minhas palavras saiam repletas do sentimento da amizade sincera que o povo da Bolívia tem pelo Brasil, por suas autoridades, por seu governo, por sua democracia nascente como a nossa, porém pujante e com uma grande vontade de projetar-se para a frente.

Talvez possamos interpretar o diálogo que esta manhã temos tido ao ouvir as extraordinárias palavras de vossos representantes e poder depositar as minhas sobre a mesa, talvez, digo, possamos interpretar esse diálogo como um novo testemunho de abraço fraterno em que milhares de bolivianos e brasileiros se confundem, cada dia, e sob o mesmo sol e sobre a mesma terra, ao longo dos milhares de quilômetros de fronteira com que Deus quis unir-nos de maneira irremediável.

Muitíssimo obrigado." (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exm<sup>a</sup> Sr. Dom Carlos Furno, Decano do Corpo Diplomático, Srs. Embaixadores, Exm<sup>a</sup> Sr. Cardeal Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília, Srs. Ministros de

Estado, ilustres Membros da Comitativa, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores, Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Bolívia, Doutor Jaime Paz Zamora.

A visita que Vossa Excelência ora realiza ao nosso País — para utilizar uma imagem que seguramente lhe é familiar, em virtude de sua formação cristã — insere-se em um contexto profético.

De fato, ocorre em um momento em que o mundo todo, apesar de alguns lamentáveis retrocessos semelhantes aos que estão acontecendo no Oriente Médio, vive um movimento unânime para o entendimento e a integração. E a América Latina, nesse contexto, começa a divisar horizontes novos e diferentes, no sentido de união, intercâmbio e colaboração.

Nesse espectro, nada melhor que a sua mensagem, Senhor Presidente Zamora, que, por circunstâncias históricas ligadas à própria família, percorreu a Bolívia desde a infância, descobrindo-a, aprendendo-lhe os problemas e conhecendo seu povo. Hoje, Vossa Excelência pode olhar o seu País e o seu povo com a tranquilidade de quem lhes entende os anseios, "seguro de si mesmo, dominando amplamente cada aspecto da realidade nacional", que aborda com diálogo e auscultação e vislumbrando um porvir sem dúvida mais alvissareiro, não somente para a Bolívia, mas, também, para toda a América Latina.

É hora de união de esforços, no respeito às especificidades das nações. A América Latina não mais pode conduzir-se no isolamento de cada país, mas, sim, integrar-se, sem as ultrapassadas visões hegemônicas que dividem, enfraquecem e desestabilizam.

Senhor Presidente Zamora, faço minhas as palavras de um de seus peregrinos discursos: — "Estamos vivendo a época em que a Revolução da Democracia modificou, para sempre, o panorama da economia e da política mundiais, e em que outro período se inicia durante o qual se definirá o futuro das sociedades e dos seres do planeta".

Esta representação popular, que o saúda, realizou, no curso do seu mandato, a revolução democrática que, com singular brilhantismo, exaltou na noite de ontem. E, entre os princípios fundamentais da Constituição, em seu art. 4<sup>o</sup>, consta que — "A República Federativa do Brasil buscará a integração

econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Este Congresso, que ora o recepciona e aplaude, diz a Vossa Excelência, em nome de toda a Nação, que esta é a casa dos amigos do Brasil. É a Casa de Vossa Excelência. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Ao encerrar a presente sessão, esta Presidência agradece a presença às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas, e solicita à comissão que introduziu nosso ilustre visitante neste plenário que acompanhe S. Ex.<sup>a</sup> (Palmas.)

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 32 minutos.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAL CRISE FINANCEIRA NA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS, ASSIM COMO POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS.**

**14ª Reunião, realizada em 21 de junho de 1990**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jarbas Passarinho, José Fogaça, Alexandre Costa, Lourenberg Nunes Rocha, Nabor Júnior e Deputados José Tinoco, Francisco Küster, Mauro Campos e Luiz Alberto Rodrigues, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através da Resolução nº 4, de 1989-CN, com a finalidade de "investigar a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, assim como possíveis irregularidades administrativas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Francisco Rollemberg, Mauro Benevides, Ruy Barcelar, Gerson Camata, João Lobo, Lourival Baptista, Mário Covas, José Richa, Antônio Luiz Maya, Maurício Corrêa e Deputados Mário Lima, Osvaldo Macedo, João Agripino, Eduardo Moreira, Christóvam Chiaradia, Dionísio Dal-Prá, Arnold Fioravante, Flávio Rocha, Bocayuva Cunha, Benedicto Monteiro e João Paulo.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado José Tinoco, que solicita, nos

termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente, concede a palavra ao Relator, Senhor Senador José Fogaça, que emite Relatório sobre a matéria. Finda a leitura do Relatório, o Senhor Presidente comunica o recebimento de proposta do Senhor Deputado Bocayuva Cunha, sugerindo a convocação do Senhor Presidente da Petrobrás, Doutor Luiz Octávio da Motta Veiga, a fim de que esclareça os motivos das recentes demissões ocorridas na empresa.

Usam da palavra os Senhores Senadores Jarbas Passarinho, Alexandre Costa, Lourenberg Nunes Rocha, Nabor Júnior e Deputados Francisco Küster, Mauro Campos e Luiz Alberto Rodrigues.

Não havendo quorum regimental para deliberação, o Senhor Presidente convoca nova reunião para o dia vinte e oito de junho, às dez horas, quando a Comissão deverá votar o Relatório ou decidir sobre a convocação do Senhor Presidente da Petrobrás.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates. — Deputado **José Tinoco**, Presidente.

**ANEXO À ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAL CRISE FINANCEIRA NA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS, ASSIM COMO POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1990, ÀS 10 HORAS E 35 MINUTOS, DISCUSSÃO DO RELATÓRIO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO JOSÉ TINOCO.**

**Presidente:** Deputado José Tinoco

**Vice-Presidente:** Deputado Benedicto Monteiro

**Relator:** Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Senador José Fogaça, digno Relator da Comissão, convocamos esta reunião para fazer a análise e votação

do relatório final desta Comissão.

Passamos a palavra ao Sr. Senador José Fogaça, para que exponha as conclusões do seu relatório, que já foi entregue desde a segunda-feira passada a todos os Membros da Comissão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, Membros desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito:

Depois de mais de três meses de atividade, finalmente chegamos a um relatório final dos trabalhos da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, encarregada de investigar a atual crise financeira da Petrobrás.

Devo ressaltar, antes de mais nada, que este relatório se divide em duas partes. Na primeira, fazemos um resumo dos depoimentos aqui trazidos por todas as pessoas convocadas para colaborar com os trabalhos desta Comissão. Na segunda parte, apresentamos, então, as conclusões.

Há, também, um anexo que entendemos improtante acrescentar, na medida em que pretendíamos buscar informações que ainda não tinham sido colhidas pelo trabalho da Comissão.

Essas informações dizem muito mais respeito a questões de funcionamento e estrutura da empresa, ao desempenho da empresa e a sua eficiência, uma análise estrutural da questão da formação do preço do barril de petróleo, uma análise dos diversos setores de produção da Petrobrás, o que, evidentemente, não foi fácil de colher, uma vez que essas informações também vieram um tanto quanto precárias e deficientes naquilo que realmente pretendíamos.

De qualquer forma, há um retrato da situação, há um desenho claro, nítido, daquilo que se propõe ser o trabalho desta Comissão, ou seja, analisar, radiografar os problemas que envolvem a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás.

Antes de mais nada, faço um agradecimento à competente Assessoria, que nos auxiliou no trabalho de elaboração deste relatório: Dr. Euros José Costa Santos, Dr. José Augusto da Fonseca Barbosa, Dr. Antônio da Silva Araújo, que prestaram inestimável contribuição com os seus conhecimentos técnicos e o acompanhamento diuturno dos trabalhos desta Comissão junto a esta Relatoria. Agra-

deço à D. Helena Isnard Arccanhy Sarres dos Santos, Secretária desta CPI, pela sua diligente participação, à D. Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, chefe do Serviço de Comissões Parlamentares de Inquérito, que também esteve conosco permanentemente numa atuante colaboração.

Na primeira parte dos depoimentos, houve a participação do ilustre Senador Jarbas Passarinho, que atuou como Relator-Substituto nos três depoimentos iniciais. É importante dizer que esta contribuição foi um elemento básico, eu diria, essencial a todo o conjunto de conclusões que acabamos por estabelecer no final.

Esses três primeiros depoimentos - do então Presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, do Dr. Edgar de Azevedo, que é Secretário Executivo da SEAP, e do então Ministro da Fazenda, Dr. Mailson da Nóbrega - foram, a meu ver, cruciais, pois deram as linhas mestras, as diretrizes para todo o processo de investigação, em cima do qual trabalhou esta CPI.

Ao final da segunda parte, nós expusemos as conclusões que entendemos ser as mais convergentes, aquelas que atendem, em nosso entendimento, a visão mais abrangente de tudo que aqui foi registrado, de tudo aquilo que foi trazido pelos depoentes.

Eu passo, então, a ler esta parte referente às conclusões do relatório:

#### IV - Conclusões

Os achados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, na tentativa de atingir seu objetivo - apurar as razões e as responsabilidades pela crise financeira da Petrobrás - confluem para dois vetores essenciais:

1<sup>a</sup> A transferência clandestina de recursos, mas indiscutível de recursos do setor público nacional para o setor privado; e

2<sup>a</sup> A falta de transparência da formulação estratégica e normativa, do funcionamento e dos resultados do subsetor petróleo no País.

O primeiro fator vem sendo freqüentemente denunciado como estratégia da política econômica do Governo brasileiro desde 1979, traduzindo um desígnio claro e formal no sentido de desarticular e destruir o setor produtivo empresarial do Estado em benefício de

estamento do setor privado nacional e multinacional.

As denúncias se fizeram ao longo desses anos nas duas Casas do Congresso, sustentadas e em apoio à luta que vários dirigentes das empresas estatais vieram travando no decorrer desta década na busca de preços e tarifas que permitissem retorno financeiro legal e obrigatório sobre o patrimônio e executar, portanto, seus programas de investimento.

Estão aí, públicos, os milhares de preitos da Siderbrás, da Eletrobrás e da Petrobrás - os de maior importância neste contexto - por sinal preitos estes decorrentes de dispositivos inequívocos das leis que criaram estas empresas. E não faltaram, em inúmeras instâncias, as advertências do maior financiador externo - o Banco Mundial - no sentido de que as cláusulas de retorno mínimo fossem cumpridas.

Primeiro, o Governo obrigou-as a se endividar externamente. A seguir cortou-lhes o oxigênio e o sangue, através de preços e tarifas defasados, reduzindo-lhes a receita em período de conclusão de grandes projetos de expansão. A estratégia aparente era a do combate à inflação que cresceu continuamente neste período. O resultado primeiro: transferências indevidas ao setor privado - principalmente o segmento exportador nacional e multinacional - que se beneficiou escandalosamente com os baixos preços do aço e dos insumos energéticos. O resultado segundo: o sucateamento do setor siderúrgico (que prometia ser o mais moderno do mundo), o racionamento de energia elétrica (que poderá ser pior com os atrasos já existentes no programa do subsetor elétrico) e a crise financeira da Petrobrás, da qual a população vem tendo um sinal na recente crise do abastecimento do álcool. Por trás de tudo, o desígnio ostensivo (ou oculto) de desmantelar o setor empresarial público e abrir lugar para interesses privados - até mesmo na faixa do monopólio estatal do petróleo.

Neste subsetor as transferências são berrantes e chega-se à conclusão de que bilhões de dólares foram legalmente extorquidos da Petrobrás em favor dos segmentos a jusante - as distribuidoras de derivados (inclusive os preços do GLP).

Aqui, neste ponto, eu queria ressaltar o seguinte: no anexo, os Srs. Membros da CPI poderão verificar que, entre os quesitos que enviamos à

Petrobrás, estava uma pergunta clara e taxativa. Qual o setor ou subsetor mais direto e amplamente beneficiado recentemente mediante a crise da Petrobrás? E a resposta foi curta, seca e objetiva: as distribuidoras de petróleo. Então, isto ficou claro no depoimento e no anexo que está aí agregado ao relatório.

Então, como dizia, as distribuidoras de derivados, inclusive os preços do gás liquefeito de petróleo, mediante prazos inconcebíveis, em conjuntura de inflação crescente, e a petroquímica, mediante subsídios ao preço da nafta, principalmente, paralelamente outros processos de transferência menos legais se desenvolveram sob o olhar complacente da autoridade responsável, configurando alguns escândalos conhecidos como a máfia do frete, do cartório das concessões de postos e o caso BR, para citar apenas os mais conhecidos do público.

O segundo fator, a falta de transparência da formulação estratégica e normativa do subsetor, pode ser responsabilizada em maior parte pelos resultados anteriormente mencionado. O segundo fator é a enorme transferência de recursos do subsetor estatal do petróleo, isto é, da Petrobrás, para os segmentos privados distribuidor e petroquímica. Este é, então, o segundo fator.

Tal processo, além de legal, isto é, coberto pelo poder normativo do Conselho Nacional do Petróleo, desenvolveu-se na penumbra de uma burocracia auto-suficiente que se encrustou, ao arripio da vigilância da Sociedade em um complexo legal cumulativo, iniciado ainda na década de 30. O resultado mais aparente desta estratificação do Conselho Nacional de Petróleo está na sua imobilidade em face das transferências descabidas de que acima se tratou, decorrente de estruturas de preços e prazos que já haviam sido objeto de uma sindicância da Comissão de Fiscalização do Senado, em 1985, onde o relator concluiu que a política de preços de derivados de petróleo no Brasil constitui um enigma para análises econômicas substantivas.

A falta de transparência do funcionamento e dos resultados do subsetor petróleo tem muito a ver com o **management** da Petrobrás e sua cultura empresarial, em muitos casos tradicional cúmplice, pelo menos por omissão, dos desvios do Conselho Nacional do Petróleo,

agora extinto sem deixar vazio.

Hoje, um pouco mais conciente, talvez, devido à recente crise, da necessidade de maior transparência, inclusive em face do Poder Legislativo, a Petrobrás justificava, há 5 anos, outra conclusão do Relator da Comissão de Fiscalização antes referida no sentido de que a estruturação financeiro-orçamentária do complexo CNP/Petrobrás são exemplos de autênticas caixas-pretas no setor energético.

Aquela conclusão explica porque se torna extremamente difícil a qualquer observador externo obter um retrato real das causas e efeitos da crise da Petrobrás. A questão, por exemplo, da estrutura de preços dos derivados de petróleo permanecerá obscura e indefinida enquanto não se puder fazer uma ampla e correta avaliação do desempenho estrutural da Petrobrás quanto à composição dos seus custos.

Dentro deste quadro de formas indefinidas, esta Comissão identifica, como resultados mais ou menos unânimes dos dados conseguidos a partir dos depoimentos, alguns fatores das perdas que podem caracterizar na maior parte a crise da estatal brasileira do petróleo de que se trata a seguir.

Não sei se devo fazer a leitura de cada item como um todo ou apenas do título de cada item porque acho que já é demasiadamente, fartamente conhecido de todos os Membros o conjunto de depoimentos que aqui foram dados.

Então, os fatores que me parece foram quase que unanimemente aqui trazidos pelos depoentes foram: primeiro, perdas decorrentes da defasagem de preços dos derivados. Isto não sofreu se quer contestação, mesmo dos depoentes que de alguma forma ou de outra tinha responsabilidade direta ou indireta com esta questão; segundo, prejuízos com a distribuição do álcool. É reconhecido que talvez a conta álcool não seja deficitária como um todo para o País, mas seguramente é deficitária para a Petrobrás enquanto empresa; terceiro, perdas com o subsídio à nafta.

Nós trazemos aqui dados que são os que colhemos, embora haja uma dúvida real em relação ao quanto esse incentivo representa. Mas calcula-se, numa avaliação de tudo o que aqui se colheu, que a perda chegasse a 85 dólares por tonelada, em julho de 89, com o

subsídio à nafta; quarto, perdas decorrentes de prazos concedidos às distribuidoras. Esta é uma questão fulcral, central, extremamente importante, ressaltada inclusive pelos atuais dirigentes da Petrobrás. Os prazos do CNP chegaram a atingir 30 dias em período de inflação crescente, e um dos ganhos desta CPI foi evitar que isso continuasse, porque depois que a CPI foi instalada os prazos foram encurtados.

O quinto fator, dívidas do setor estatal para com a Petrobrás. Chamamos a atenção porque essas dívidas do setor estatal para com a Petrobrás, não são meramente uma simples negligência ou uma inadimplência voluntária da Siderbrás e da Eletrobrás para com a Petrobrás. Mas resulta de todo um processo geral de sucateamento do próprio setor público nacional, da empresa pública nacional.

Desnecessário dizer que este acúmulo se deve à omissão do Governo, e constitui problema de sua alçada.

Mas é necessário salientar, como dever de justiça, que tanto o setor energético, quanto o setor siderúrgico, estatais, também foram vítimas de uma mesma política global, com raízes no período autoritário, de transferência de recursos do setor público para o setor privado, mediante aviltamento deliberado de preços e tarifas.

Por derradeiro, convém sublinhar a insuficiência de dados e informações para, em contrapartida às conclusões desta CPI, avaliar as condições de desempenho e eficiência da Petrobrás, e sua capacidade de se adaptar às situações de crise, reduzindo custos e melhorando sua produtividade.

Não podemos nos eximir de dizer que ainda permanece como um vasto tecido impermeável para a sociedade brasileira, a questão do funcionamento do setor público estatal, sua transparência e controle democrático, o que, sem dúvida, é tarefa ainda a ser levada avante pelos homens públicos responsáveis em nosso País.

Sr. Presidente e Srs. Membros desta Comissão, este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. RELATOR (José Fogaça) - Houve esse pequeno erro, e depois pedimos para ser corrigi-

do, e algumas cópias talvez não tenham sido tiradas a tempo. É um pequeno erro final de datilografia. Na penúltima linha, "transparência" e não "transferência".

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - Srs. Senadores e Srs. Deputados, gostaria de saber se algum membro da Comissão quer usar a palavra para considerações.

O SR. FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

O SR. FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero solicitar que V. Ex<sup>a</sup> determine à Assessoria uma correção: com o devido respeito que tenho pelos nobres colegas Parlamentares do PDS, eu, não gostaria nunca, contudo, que o meu nome figurasse como Parlamentar do PDS. Fui vítima desse Partido, quando ele estava no auge do seu gigantismo, e isso é um registro que faço, com o devido respeito que tenho, porque aqui está uma das figuras mais ilustres da política brasileira, que é o Senador Jarbas Passarinho, que é do PDS. Mas confundir o Deputado Francisco Küster, com o PDS é um negócio que me desagrada muito, me constrange.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - Deputado Francisco Küster na minha cópia o seu nome está como PSDB.

O SR. FRANCISCO KÜSTER - Não, mas a minha está como PDS.

O SR. RELATOR (José Fogaça) - Acho que S. Ex<sup>a</sup> está se referindo ao relatório, e talvez esse erro tenha ocorrido por responsabilidade minha, não da Mesa.

O SR. FRANCISCO KÜSTER - Gostaria que se promovesse esse reparo.

O SR. RELATOR (José Fogaça) - Sem dúvida. Assumo a responsabilidade por esse erro e tratamos de corrigi-lo imediatamente.

O SR. FRANCISCO KÜSTER - Muito obrigado. Ato contínuo, Sr. Presidente, tomamos conhecimento de que o Tribunal de Contas da União, atendendo a uma provocação feita - provocação no bom sentido - por uma entidade classista da Petrobrás, determinou ontem, através do parecer da lavra do Ministro Marcos Villaça, uma auditoria operacional na Petrobrás.

Isso é um negócio de uma importância extraordinária, haja

vista, inclusive, os registros do bem elaborado relatório do nosso Senador José Fogaça fazer referências a pontos que não foram suficientemente esclarecidos. E isto é uma verdade!

Tem funções que não foram suficientemente esclarecidas segundo era a nossa intenção e a intenção do Congresso Nacional, mais especificamente desta CPI.

Penso que com essa auditoria talvez possamos obter esses elementos que foram insuficientes para este relatório.

De qualquer forma, numa leitura muito rápida que fiz, considero um trabalho bom, de bom a ótimo, o esforço do Senador José Fogaça.

Queria propor aos Colegas, se fosse possível, que adiássemos a votação deste relatório, se isto não prejudicar o andamento. Não sei como está o prazo da CPI, mas se for possível, eu gostaria de propor o adiamento, para termos uma idéia do tempo que vai durar essa auditoria que o Tribunal de Contas vai fazer na Petrobras, que poderia subsidiar melhor a conclusão desta CPI.

Essa é a proposta, a par das considerações que faço de justiça - não elogiosas, não no campo da bajulação, porque não é da minha formação. Isso aí é um trabalho e esforço do Senador Fogaça, mas proponho o adiamento da votação deste Relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - Mais alguns dos Srs. Membros gostaria de usar a palavra para tecer considerações?

Com a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO - Tenho a impressão de que a solicitação feita pelo Deputado Küster praticamente já está deferida no dia de hoje, porque para nós votarmos precisaríamos ter **quorum** de 13 presentes e dificilmente chegaremos e esse **quorum** antes do encerramento dos trabalhos.

Agora, de qualquer maneira, gostaria que se fizesse o máximo de discussão a respeito do Relatório do Senador Fogaça, para que na próxima reunião em que nós estivéssemos aqui reunidos, já pudéssemos partir para a votação.

A colocação que o Deputado faz é mais ampla do que a observação que faço, porque ficaria, então, na dependência,

se eu bem entendi, do resultado da auditoria.

Eu cheguei aqui na fase em que tive a honra de, designado por V.Ex<sup>a</sup>, tentar substituir o Senador Fogaça como Relator, e sugeri exatamente que se fizesse o que a minha experiência, quando fui Superintendente da Petrobrás na Amazônia, mostrou que era bastante interessante fazer: era pedir exatamente as auditorias, porque havia uma firma chamada Boucinhas que fazia isso sistematicamente, em condições de equidistância total da direção da Petrobrás, da Superintendência, etc., e era muito útil aos superintendentes que queriam levar a sério seu trabalho, porque elas mostravam as falhas existentes.

De maneira que quando se pudesse contar com uma auditoria de área global da Petrobrás, provavelmente seria muito bom para as conclusões, embora eu creia que as conclusões também não seriam mais afetadas, porque as causas fundamentais, que são as determinantes da crise, no meu entender, já estão muito bem analisadas pelo Senador Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - Muito bem. Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Campos.

O SR. MAURO CAMPOS - Sr. Presidente, quero também parabenizar o nobre Senador Fogaça pelo esforço desenvolvido. Eu teria, certamente, algumas observações a fazer, mas tendo em vista a proposição do Deputado Küster, que muito me honra de pertencer ao nosso Partido, eu encaminharia a sugestão de que, se não houvesse nenhum outro tipo de impedimento, déssemos uma dilatação de prazo para que pudéssemos fazer outras considerações.

Particularmente, transmitirei ao Senador Fogaça algumas idéias e sugestões que tenho a impressão não caberiam aqui, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - Na verdade, nós tivemos um prazo até o dia 22 de agosto para a conclusão, porque o prazo de 26 de maio foi dilatado em face da solicitação do Sr. Relator, para que S. Ex<sup>a</sup> pudesse analisar melhor os dados que tinha em mãos.

Então, foi solicitado à Mesa do Congresso Nacional a dilatação do prazo e isso foi concedido até o dia 22 de agosto.

Assim sendo, nós poderíamos fazer, na próxima semana, a reunião para reinquirir o Presidente da Petrobrás, Motta

Veiga, solicitada pelo Deputado Bocayuva Cunha, que gostaria de ouvir novamente o Sr. Presidente Motta Veiga sobre as demissões que estariam ocorrendo na Petrobrás. Quer dizer, formulou um apelo nesse sentido.

Gostaria de submeter ao Plenário a proposta do nobre Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. ALEXANDRE COSTA - A convocação do Motta Veiga é apenas para saber sobre as demissões da Petrobrás?

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - É o que S. Ex<sup>a</sup> diz.

Eu gostaria de ler o pedido do...

O SR. ALEXANDRE COSTA - E o que isso aumenta ou diminui na investigação que foi feita ao nosso Relatório?

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - S. Ex<sup>a</sup> diz: "Prezados companheiros, venho pelo presente solicitar ao Ilustre Presidente que concorde com a vinda à nossa Comissão, no próximo dia 27, às 10 horas, do Presidente Motta Veiga, da Petrobrás. Não podemos encerrar os nossos trabalhos com a aprovação do relatório do nobre Senador José Fogaça sem ouvirmos o Presidente sobre as demissões.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Isso é um ato político. O relatório é um relatório técnico...

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Relator) - Sr. Presidente, a questão das demissões pode até ter algo a ver com a crise da Petrobrás no sentido de que se realmente as demissões são necessárias, aí está uma das razões da crise: o excesso de funcionários. Esta pode ser uma das razões da crise. Se as demissões são desnecessárias, de fato, aí se trata de um problema político, de uma questão... embora cada um tenha o seu posicionamento em relação a isso, alguns podem ser favoráveis e outros não, de fato nada teria a acrescentar ao relatório da CPI.

Agora, se ficar comprovado aqui que essas demissões são necessárias, ou seja, que essas contratações foram indevidamente feitas, talvez se chegue ao fim da meada sem fim. Entre os 60 mil funcionários da Petrobrás, muitas contratações ou muitos funcionários estão lá desnecessariamente, ou o contrário, o inverso, o que não altera, não afeta, o relatório. Só no sentido de que essas contratações foram indevidas e, portanto, as demissões são necessárias é que

isso realmente traria um elemento novo para o relatório. Aquilo que eu aqui coloquei como elemento, digamos, um tanto quanto impermeável, desconhecido e obscuro, que é a estrutura interna da empresa, o seu desempenho funcional e as suas condições estruturais que eu, pela minha observação, creio que essa foi a observação do conjunto da Comissão, nós não tivemos um acesso mais visível, mais transparente, aí teríamos que alterar isso. Começar com uma investigação mais profunda nas questões estruturais internas da Petrobrás e aí, realmente, as auditorias e outras práticas investigatórias terão de ser feitas.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Inclusive o adiamento da Comissão, porque o tempo será escasso para isso.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Relator) — Agora, se ficar provado que essas demissões são injustas, trata-se apenas de uma questão política, circunstancial, que em nada afeta a CPI. Em nada afeta ao relatório. Aí será uma outra luta, numa outra área, numa outra dimensão, que os Parlamentares enquanto representantes de segmentos da população ou enquanto representantes de interesses nacionais podem levar, mas em nada alteraria o relatório, em nada a ele acrescentaria.

No entanto, se por outra forma ficar provado que essas demissões são justas, procedentes e necessárias, e que houve uma série de formulações de atividades internas e contratações absolutamente perdulárias, desnecessárias, gastos inúteis com a contratação de funcionários, empreguismo, então, aí sim teremos que nos voltar para auditorias, para outras formas de investigação.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Tem a palavra o nobre Deputado Mauro Campos.

O SR. MAURO CAMPOS — Sr. Presidente, gostaria, se a Mesa permitisse, de encaminhar favoravelmente a proposição do Deputado Bocayuva Cunha, justificando até mesmo com base no relatório do nobre Senador José Fogaça. O nobre Senador José Fogaça coloca muito bem a questão das chamadas caixas pretas. A Presidência sabe, os nobres Pares que aqui estão, que fui um Parlamentar que tive a felicidade de estar presente a todas as audiências como a todas as reuniões da Comissão.

Sinto, como o nobre Senador José Fogaça, também, uma certa

frustração por parte da Petrobrás de não nos ter fornecido os dados necessários a uma conclusão mais afirmativa com relação à questão objeto desta CPI. Todos sabem muito bem de minha posição, claramente definida, histórica mesmo em favor de um monopólio estatal, portanto, em favor da Petrobrás, mas também como Parlamentar, com a responsabilidade social que o meu mandato me outorga, sei também que os homens que fazem da sua vida pública um instrumento da vontade popular têm a obrigação de levantar e apontar as deficiências deste mesmo segmento estatal que estamos, no caso específico da Petrobrás, defendendo.

Sr. Presidente, à pag. 41, quando fala na questão de pessoal e salário, o próprio Senador diz claramente que as informações prestadas estão insatisfatórias. Portanto, a proposição do nobre Deputado Bocayuva Cunha é no sentido de que a vinda do Presidente da Petrobrás, até se nos abstermos da questão momentânea de demissões ou não, tenho a impressão de que a vinda do Presidente Motta Veiga poderia, efetivamente, contribuir para sanar, pelo menos, no que diz respeito a esse "buraco negro" do relatório, que o Senador Fogaça tão bem enfoca, tenho a impressão que a vinda do Presidente Motta Veiga poderia, sim, contribuir ainda e enriquecer o relatório do Senador Fogaça.

Esse seria o meu encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Senador Louremberg Nunes Rocha.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Presidente, entre as coisas componentes da crise financeira objeto da CPI, não consta o eventual excesso de funcionários, não foi referida como uma das causas da crise financeira.

Em função disso, e, evidentemente, pelo fato de que a postulação do Deputado Bocayuva Cunha visa a discutir politicamente o problema das demissões, como esse fato não está colocado dentro desse relatório como uma das causas da crise financeira da Petrobrás, entendo que se deve dar atendimento àquela postulação inicial do Deputado Küster, no sentido de aguardar a auditoria operacional e protelar para uma outra época, já depois da auditoria pronta, a eventual ouvida do Presidente atual da Petrobrás.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Pelo que estou percebendo, três Senhores Senadores acham que é desnecessária a vinda agora do Presidente Motta Veiga, e dois Srs. Deputados acreditam que a vinda seria salutar.

Como se posiciona o Senador Nabor Júnior: pela vinda do Presidente, agora, ou o adiamento, esperando o encaminhamento das investigações do CTU?

O SR. NABOR JÚNIOR — Concordo com o Senador Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Relator) — Na verdade, se tivermos que adentrar nessa questão, que para mim é importante, tanto é que no anexo, se os Senhores tiverem a oportunidade de verificar, o Deputado Mauro Campos observou bem, faço um registro desse problema: no que se refere às questões do pessoal e salários, as informações prestadas pela Petrobrás são insatisfatórias, na medida em que deixou de prestar esclarecimentos a respeito do número de empregados lotados na sede, e valor dos salários e encargos aí pagos, o que nos permitiria um avaliação mais rigorosa na distribuição de pessoal e salários entre a sede e os demais locais de trabalho. Entretanto, podemos verificar que o salário médio nas atividades administrativas é bem superior ao do pessoal das atividades operacionais e de investimentos.

Em princípio, há um registro claro, ou pelo menos inicial, de que a Petrobrás estaria sofrendo dos mesmos males que hoje caracterizam o serviço público como um todo. Às atividades-meio são mais onerosas, mais pesadas para o setor público do que as atividades-fim. Um remanejamento inverso das forças produtivas dentro do setor público tem sido o de agigantar as atividades-meio e reduzir pessoal e investimento nas atividades-fim, o que, evidentemente, é uma deformação, e aí poderia estar, quem sabe, uma das causas ou um dos elementos a serem avaliados como causa da crise financeira da Petrobrás. Mas isso, evidentemente, é uma questão que depende de maior investigação, depende de elementos mais concretos, claros e definidos e, portanto, como é o entendimento da CPI, não tenho nada a objetar.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Posso fazer uma observação

complementar a essa do Senador José Fogaça, uma experiência que vivi.

Quando fui Superintendente-Adjunto e depois Superintendente na Região Amazônica, eu havia acabado praticamente de tirar o curso da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército. No terceiro ano desse curso estudávamos Exército e Corpo de Exército, e uma das observações feitas era exatamente em relação à atividade-fim e atividade-meio, quanto de participação na atividade-meio era necessária para atender aos objetivos que deveriam ser conquistados pelas atividades-fim. Quer dizer, combatentes e não combatentes de linha de frente.

Então, dei-me ao luxo de fazer uma transposição desse estudo na guerra, tanto que na guerra não deve ter excesso de pessoal para coisa nenhuma, isto é, justificada a ação — meio para atividade-fim, e aplicamos na Superintendência da Amazônia. Nós estávamos absolutamente dentro do princípio de logística de guerra. Mas já se dizia naquela altura, que na Bahia, ao contrário, havia um excesso de pessoal que talvez não justificasse essa atuação.

Por aí, eu tenho a impressão de que a colocação do Deputado Mauro Campos é de se levar em consideração, e V. Ex<sup>a</sup> considerou logo três Senadores como sendo contrários, e parece que me incluiu. Eu estaria mais na idéia que se pode ouvir; o que está me preocupando mais é esperar o resultado do Tribunal de Contas da União. Porque eu não sei se V. Ex<sup>a</sup> poderá ter certeza em que prazo isso se dará, pois poderá haver necessidade de nova prorrogação, só à espera desse documento.

Quanto à vinda do Presidente da Petrobrás aqui, nós, ontem, no plenário do Senado, representamos, por iniciativa do Senador Maurício Corrêa, com o nosso apoio, o pedido da criação de uma CPI para estudar exatamente as demissões.

É evidente que quando se está convocando aqui o Presidente da Petrobrás, parte-se de um preconceito talvez ou de um prejuízo, que as demissões estão sendo perversas ou indevidas. Mas, pode-se chegar exatamente ao oposto caracterizado pelo Relator Senador José Fogaça. Lá, nós vamos ouvi-lo, com certeza, não teria dúvida, porque já temos uma CPI específica para isso

Senador. Agora, relativamente à vinda dele, eu votaria a

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Senador Passarinho, V. Ex<sup>a</sup> queira desculpar a Presidência por ter incluído o seu nome, porque eu entendi, no começo, que V. Ex<sup>a</sup> achava que realmente não tinha cabimento a vinda agora, já que ele tinha sido ouvido, e que isso representaria somente um ato político de nomeação e demissão.

Então, V. Ex<sup>a</sup> queira me desculpar.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Eu também não me coloquei contra, apenas indaguei ao Relator o que aumentava e o que diminuía, no relatório, a ausência do Presidente da Petrobrás.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Nós pedimos ao Relator que se S. Ex<sup>a</sup> achar que ajuda, no relatório, a vinda de Motta Veiga agora, nós convocamos; se S. Ex<sup>a</sup> acha que não, nós o faremos depois.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Se o Relator achar que é útil, que é necessário, eu voto pela vinda; se o Relator achar que não é útil, que não é necessário e que pouco acrescenta ao relatório, eu voto contrariamente.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Relator) — Do ponto de vista da relatoria, eu já esclareci o que significa a vinda aqui do Presidente da Petrobrás.

Chamo a atenção para o seguinte: na quarta-feira que vem é a última quarta-feira antes do recesso, seria portanto a única quarta-feira que nós teríamos para esse tipo de trabalho de atividade. Após isso, Sr. Presidente, eu acho que só por volta de 4 ou 5 de agosto é que nós voltaríamos a nos reunir.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Já no auge da campanha eleitoral.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Relator) — Já no auge da campanha eleitoral.

Possivelmente eu esteja envolvido até diretamente na campanha eleitoral.

Então, do meu ponto de vista, do ponto de vista do Relator, quero confessar claramente isto: entendo que a CPI no terreno em que se propôs trabalhar, ela estabeleceu as conclusões que deveria, e ela não tem a pretensão de esgotar a questão do setor público brasileiro e do setor estatal. Ela pretendia verificar as circunstâncias que determinaram, no ano de 1989, um déficit da ordem de um bilhão de dólares na Petrobrás.

Nisto eu acho que as constatações, as avaliações, as conclusões foram inteiramente corretas do ponto de vista do trabalho. Acho que uma CPI não pode imaginar que ela abraça o mundo com as mãos; uma CPI não pode ser investigação global do Brasil, não existe uma CPI para isso. As CPI são sempre setoriais, muitas vezes até acessórias em relação a questões globais do País, e elas têm as suas vidas limitadas, elas duram três meses, e nesses três meses fazem um trabalho de grande contribuição e não resolvem todos os problemas.

Eu quero crer que esse problema das demissões, analisadas enquanto questão setorial e política do atual Governo, será objeto de uma outra CPI.

Então, se a minha opinião valer alguma coisa, entendo que nós deveríamos esgotar as nossas atividades dentro do relatório ou dentro daquilo que aqui fizemos. O que não significa que o tema Petrobrás esteja esgotado — aliás, é exatamente o que estamos dizendo aqui —, que o assunto Petrobrás não está esgotado neste relatório.

No entanto, não quero com isso influenciar, delimitar ou inibir os Srs. Senadores e Deputados quanto a essa questão. Não tenho nenhum problema em continuar trabalhando, em continuar dando sequência a essas atividades, mas apenas coloco isto: quais eram os objetivos desta CPI? Que pretensões tínhamos? Aonde queríamos chegar?

Acho que é a partir dessas premissas, as nossas premissas iniciais, que foram satisfeitas, embora haja muita coisa ainda a investigar e haja muitas questões a levantar. Mas, do ponto de vista das premissas, dos pressupostos que estabelecemos no início das nossas atividades, acho que o relatório chega a uma conclusão minimamente satisfatória.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Pois bem, Sr. Presidente, dito isso, atendidos os objetivos a que se propôs, meu voto significa apenas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Senador Jarbas Passarinho, em face da argumentação do Sr. Relator, qual seria a posição de V. Ex<sup>a</sup>?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Em face da colocação do Relator, ainda que S. Ex<sup>a</sup> diga que não pretenda aqui influenciar, influenciou o meu voto. Fico com o ponto de vista de que essa audiência não trará modifica-

ções às confusões atuais, mas pode ser objeto posterior de aprofundamento do estudo da crise.

O SR. MAURO CAMPOS - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - Pois não, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

O SR. MAURO CAMPOS - Sr. Presidente, quero fazer a minha declaração de voto. Embora respeitando a argumentação do nobre Relator, eu votarei ainda contrariamente, dizendo o seguinte: na verdade, saio com a sensação da impotência desta Comissão. O Senador usou a expressão de que esta CPI não pode estudar o Brasil, ela não pode abarcar o mundo, com as mãos. Na verdade, eu teria essa pretensão; é a primeira CPI que participei, neste meu período legislativo.

O SR. RELATOR (José Fogaça) - Mas não é por causa do Relator que isto vai deixar de acontecer.

O SR. MAURO CAMPOS - Sim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Fogaça) - Se depender do Relator, não estará mais aqui o Relator para objetar qualquer tipo de aprofundamento das investigações. Que esta questão não seja colocada desse modo, porque, senão, o Relator muda a sua posição agora.

O SR. MAURO CAMPO - Nobre Senador!

O SR. RELATOR (José Fogaça) - Mudo. E passaremos a investigar todas essas questões novamente. Se for colocado, nestes termos, de que foi o Relator que impediu o avanço das investigações, retiro inteiramente aquilo que coloquei - eu coloquei de forma muito clara -, porque não quero influenciar, porque desejo aprofundar as investigações, e não vou deixar que isto aconteça, ou seja, que seja colocado sobre os meus ombros o fato de que a CPI encerrou suas atividades, aqui, pela posição do Relator.

O SR. - Nobre Senador, sabe V. Ex<sup>a</sup> o respeito que tenho pela sua inteligência, pela sua vida pública, mas não posso deixar também de externar o meu ponto de vista que é também o ponto de vista do Deputado Mauro Campos, exclusivamente.

Não posso deixar de tecer estas considerações, até mesmo porque fiz o encaminhamento favorável a proposição do nobre Deputado Bocayuva Cunha.

De modo que, também não posso deixar de registrar que é para mim, nobre Senador José Fogaça, realmente frustrante não poder chegar ao âmago das questões.

Mas, se V. Ex<sup>a</sup> acha que a vinda aqui - isso quero que V. Ex<sup>a</sup> me diga - do Presidente da Petrobrás conseguirá trazer elementos que delineiem novos caminhos para a investigação no que diz respeito à questão de pessoal e salários, como V. Ex<sup>a</sup> aponta no seu relatório, na pág. 41, acredito que estamos exclusivamente tratando desse ponto. Não estaríamos levantando nenhum outro ponto mais; estaríamos enfocando exclusivamente um ponto levantado por V. Ex<sup>a</sup> no relatório apresentado pela CPI. Só esse fato é que motiva realmente esta minha intervenção.

De modo que eu me submeto também, respeitosamente, à colocação apresentada por V. Ex<sup>a</sup>, mas gostaria de fazer este registro.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, apresentei uma proposta no sentido de que não votássemos o relatório hoje. E me parece que não há **quorum** para isso. Portanto, esta proposta ficará favorecida por força até da falta de **quorum**, para a votação.

Voto, também, pela vinda do Presidente aqui, para prestar esclarecimentos quanto às demissões, não é? Sem maiores comentários, essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto Rodrigues.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, escusar-me em não ter estado presente nas outras ou nas últimas reuniões desta CPI, porque tem havido coincidência de horário com a atividade da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, onde sou membro titular e tenho tido algumas tarefas determinadas pela Liderança.

De outro lado, mesmo pegando o bonde andando na discussão desta reunião, li o relatório que me foi remetido pela Secretaria da Comissão; li o requerimento do Deputado Bacayuva Cunha que, particularmente, quer saber a respeito da demissão de estagiários, de investimentos, supostos de 10

bilhões de dólares, que teriam sido gastos nessa atividade.

Entendo, Sr. Presidente, que esta Comissão cumpriu - e cumpriu muito bem - o seu objetivo. Os relatórios, os depoimentos estão aí, desde o notável trabalho do Senador Jarbas Passarinho, como Relator no início do trabalho, e, depois, com o trabalho do Senador José Fogaça. E com as conclusões, os fatos são dinâmicos. Há uma estrutura em andamento, nós estamos num processo, se nós formos achar sempre alguma coisa para pesquisar, circunstancial, conjuntural, nós, necessariamente, não acabamos a CPI, nunca!

Entendo que com a mudança de Governo, Sr. Presidente, com o Plano Collor, instantaneamente a CPI deixou de ter razão de ser, porque aquela modificação de natureza macroeconômica já possibilitou à empresa o equilíbrio das suas finanças e nós fizemos uma CPI para apurar a atual crise financeira da Petrobrás.

Depoimento bastante lúcidos, claros, quem quiser saber os motivos, eles estão aqui neste relatório muito bem explicitados, muito nítidos. E já há uma outra política, de um outro Governo, que, se demitidos alguns estagiários da Petrobrás, está demitindo por aí a torto e a direita. Evidentemente isso já seria uma outra questão, um outro motivo, uma nova política de pessoal do Governo que não tem nada a ver com a crise financeira da Petrobrás, num processo quase de hiperinflação, que estava levando à deterioração das finanças daquela companhia.

Entendo que nós daríamos uma grande contribuição ao País se anunciassemos o resultado da CPI. É uma norma no Legislativo, que o Legislativo não consegue decidir, não consegue mostrar resultado, porque sempre tem alguma coisa para discutir, para conversar; dizem que o Legislativo é Parlamento: lugar de falar. Então, acho que se a CPI concluísse os seus trabalhos, levasse ao Plenário o relatório, nós estaríamos dando uma contribuição extremamente importante por mostrar que o nosso trabalho teve começo, meio e fim e que há uma nova situação que pode amanhã ser chamado o Sr. João Santana para explicar as demissões na Petrobrás e as outras demissões. Ele ainda não veio aqui. Vejam que nós temos uma questão superveniente. O Sr. Secretário da Administração se recusa ou se recusou até agora

a comparecer a esta Casa, para prestar esclarecimentos.

Estou me alongando, mas o faço no sentido de tentar dar objetividade ao trabalho, concluir, apresentar relatório. Nós temos eleições, não podemos fazer de contas que não temos, nós temos votações importantes no Congresso, na Câmara dos Deputados e no Senado, não podemos fazer de contas que não temos e é evidente que se houver necessidade de esclarecimento de um fato "Demissões de estagiários na Petrobrás", vai ser feita a convocação por uma Câmara, por uma Comissão do Senado ou da Câmara e esse esclarecimento vai ser dado. E quem tiver interesse vai estar lá para fazer as perguntas e gerar os esclarecimentos necessários.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, cumprimentar os presentes Membros desta Comissão, que estão aqui e expressar ao Senador José Fogaça a minha admiração e dizer que o meu voto é pela conclusão dos trabalhos nesse sentido. Acho que é a maior contribuição que esta CPI pode dar: apresentar o seu relatório, até porque ele já está ficando sem sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — O Presidente concorda plenamente com a argumentação formada pelo Deputado Luiz Alberto Rodrigues. No entanto, mantendo a tradição de sempre conceder ao Plenário a oportunidade de que todos opinem e que a decisão seja da maioria, pelo menos, eu submeti e submeto a todos a decisão dessa questão.

Gostaria de saber se o Sr. Relator ainda tem algumas considerações a fazer.

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Sr. Presidente, vejo que há tendência de cinco a dois no Plenário. Então, é o Relator que se rende ao Plenário.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem a V. Ex.<sup>a</sup> Depois, gostaria que me desse a palavra pela ordem, por outro motivo.

Vimos que o Deputado Francisco Küster, a quem agradeço a referência pessoal e eu faria a mesma coisa que S. Ex.<sup>a</sup> se estivesse do outro lado, numa sigla que não fosse a minha —, vimos que S. Ex.<sup>a</sup> usou uma expressão muito inteligente, quer dizer, a proposta de S. Ex.<sup>a</sup> foi favorecida pela falta de quorum, essa foi a expressão que o Deputado usou. Acho que há falta de quorum, também, para deliberarmos se convocamos ou não o Presidente da

Petrobrás. Então, tomar uma decisão que possa ser amanhã impugnada porque não havia quorum para deliberação? É a questão de ordem que levanto a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Sem dúvida, Senador, a argumentação é procedente.

Fica em aberto. Convocaremos uma próxima reunião para novamente votarmos a conclusão do relatório e, se for o caso, se o Plenário entender que ele deve ser convocado, ele será convocado.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agora, pela ordem, que pedi a V. Ex.<sup>a</sup>, em primeiro lugar, para salientar a posição do Relator.

Quando eu disse que S. Ex.<sup>a</sup> influenciou o meu voto, não foi para que eu acompanhasse uma decisão e sim porque S. Ex.<sup>a</sup> clarificou as idéias a respeito dos objetivos que devemos perseguir aqui. Qual é? É saber se temos ou não um relatório que já está completo ou, se ao contrário, para não frustrar o Deputado Mauro Campos devemos fazer aprofundamentos sucessivos, e S. Ex.<sup>a</sup> me permitirá um chiste, que eles serão *ad infinitum* porque procuraremos cultivar esse aprofundamento ao longo do tempo. Eu já estou coberto pelo Senado, como disse, porque vamos ouvir esse Sr. João Santana. Ele agora virá nem que seja debaixo de vara porque é uma CPI e ele tem de vir mesmo. Agora, estranho que as duas Casas do Congresso não tenham, principalmente a Câmara, definido uma questão e pelo jornal eu li, parece-me que de um Relator de Comissão na Câmara, que um Deputado dizia que não tinha certeza de poder convocar. É um brocado que todos nós sabemos que quem pode mais pode menos. Se podemos convocar um Ministro de Estado por que não podemos convocar um Secretário?

Então, essa é a questão que levantei no Senado para definirmos pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto à discussão, como haverá uma nova reunião para discutir, vou ser obrigado, pelo meu passado, a discordar em parte do meu prezado Relator, porque quando S. Ex.<sup>a</sup> coloca, por exemplo, nesta página 29, que "por trás de tudo isso há o desígnio ostensivo ou oculto de dismantelar o setor empresarial público e abrir lugar para o interesse privado, até mesmo na faixa monopólio estatal do petróleo". Aqui entramos na discordância: eu, com o meu passado, e S. Ex.<sup>a</sup>, com o seu presente.

Acho que é ao contrário, a Petrobrás foi beneficiada nos Governos militares. Nunca tive participação no Governo do Presidente Geisel, eu estava na face oculta da Lua, mas devo reconhecer que S. Ex.<sup>a</sup> quando redirecionou a pesquisa, foi quando encaminhou para a plataforma, para o *off shore*. Então, foi muito usado por ter deixado a pesquisa no continente, mas pesquisa no Continente está sendo frustrante e ela parece que será frustrante realmente. Porque a pesquisa de plataforma foi a que permitiu à Petrobrás a saída de 200 mil barris para 600 mil barris de produção. E o endividamento, que foi realmente uma política do Governo, patrocinada pessoalmente pelo Ministro Delfim Netto, era uma tentativa de obter divisas para diminuir a dívida externa líquida. Mas aqui V. Ex.<sup>a</sup> há de estar lembrado, o Senador José Fogaça não estava, estava ainda em missão no Senado, quando ouvimos o Diretor da Petrobrás e o Diretor Belotti garantiu que esses recursos tinham sido ressarcidos — os milhões de dólares que a Petrobrás tinha captado para ingresso no Brasil, como débito seu pelo Banco Central. Nesse ponto, depois, eu aprofundarei o meu estudo para poder levar isso à consideração do Relator.

De qualquer maneira, a minha aprovação do relatório será, pelo menos, com restrição.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Assim sendo, convoco nova reunião para quinta-feira, às 10 horas.

Antes disso, gostaria de conceder mais uma vez a palavra ao nobre Relator José Fogaça.

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Sr. Presidente, só tenho a agradecer as palavras aqui emitidas pelos Srs. Membros da CPI, Deputados e Senadores, quanto ao trabalho que realizamos e registrar também que neste tempo todo, nesse período tivemos o apoio permanente, sistemático, incondicional S/12 do Presidente, Deputado José Tinoco, que nunca nos recusou qualquer tipo de colaboração, de ajuda, de apoio para qualquer iniciativa, o que foi decisivo, inclusive, para que os trabalhos fossem levados adiante.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Nobre Senador, muito obrigado. Fico realmente emocionado com as homenagens. E até a próxima quarta-feira.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 11 horas e 30 minutos.)